



Anais da Assembléia

N.º 15

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 17 DE MARÇO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 10.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 1983

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Nelson Buffara.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte. (43). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Werner Wanderer, Dirceu Manfrinato, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Deni Schwartz, Gabriel Sampaio, Jorge Maia Filho, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Quielise Crisóstomo, Tadeu França e Wilson Fortes. (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior. Em discussão a ata.

O SR. ERVIN BONKOSKI — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Ervin Bonkoski, pela ordem.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, gostaríamos de pedir a retificação, por gentileza, da ata anterior que o Sr. Secretário leu.

No nosso requerimento está mencionado "Aeroporto Salgado Filho", no sentido de que se retificasse para "Aeroporto Afonso Pena".

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência atende e determina que seja feita a retificação solicitada. Em votação a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a aprovada.

Esta Presidência solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda à leitura da Mensagem n.º 41/83, oriunda do Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. José Richa.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê a Mensagem n.º 41/83).

"Mensagem n.º 41/83

Curitiba, 17 de março de 1983.

Sr. Presidente.

Nos termos dos arts. 22, inciso IX e 108, inciso I, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à alta apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa a indicação do nome do Deputado Federal Maurício Roslindo Fruet para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba.

Faço a indicação de Maurício Fruet para o cargo público da maior relevância, como é o de Prefeito da Capital, com inteira tranqüilidade e absoluta certeza de que a escolha atende aos superiores interesses da coletividade, eis que o indicado, em vários pleitos eleitorais, tem sido o mais votado nesta cidade e em todo o Paraná, fatos que lhe conferem o perfil de homem público de primeira grandeza.

Por outro lado, os relevantes serviços prestados à causa pública por Maurício Fruet, em várias legislaturas como Vereador à Câmara Municipal de Curitiba, Deputado Estadual e Deputado Federal, justificam plenamente a escolha de seu nome.

Em anexo, a fim de que essa augusta Assembléia Legislativa do Estado possa melhor julgar a indicação ora formulada, segue o respectivo "curriculum vitae".

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado"

CURRICULUM VITAE DO DEPUTADO FEDERAL MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

Maurício Roslindo Fruet, casado, três filhos, nascido em Curitiba, em 12 de agosto de 1939. Advogado, jornalista, radialista; Vereador em Curitiba (1968/1970); Deputado Estadual por duas legislaturas (1970/1978); Deputado Federal (1978); Líder da Bancada do MDB na Câmara Municipal de Curitiba (1969) e na Assembléia Legislativa (1973); Presidente do MDB de Curitiba (1970/1974); Secretário Geral do MDB/PR. (1979); Membro do Diretório Nacional do MDB (1974/1979); Vice-Presidente da Comissão de Minas e Energias da Câmara dos Deputados (1979); Coordenador do PMDB Nacional nas áreas de Informática, Minas e Energia; Autor de inúmeros projetos de lei, entre os quais o que propõe ressarcimento ao Estado do Paraná por áreas inundadas em função de construção de hidrelétricas e o que suprime quaisquer vantagens e/ou mordomias aos funcionários de primeiro escalão na administração pública; Presidente do Comitê Nacional Pró-Autonomia Municipal e Secretário Geral do Comitê Nacional em Defesa dos Aposentados.

O SR. RUBENS BUENO (Pela ordem) — A Liderança do PMDB indica os Srs. Deputados Ervin Bonkoski, Anibal Khury e Roberto Requião, para comporem a Comissão Especial que apreciará a indicação do Sr. Maurício Fruet, à Prefeitura de Curitiba.—

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pois não, Vossa Excelência, a Liderança indica 3 Srs. Deputados?

O SR. RUBENS BUENO — A Liderança do PMDB indica os 3 (três) Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência solicita à Liderança do PDS que faça a indicação de 2 (dois) Srs. Deputados para comporem a Comissão Especial, acima referida.

Tendo assumido ontem, na Secretaria dos Transportes, o Sr. Deputado Deni Schwartz, por ato governamental, esta Presidência convida para assumir uma cadeira, nesta Casa, o 1.º Suplente da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Sr. Paulo Furiatti.

Esta Presidência comunica ainda, que se encontra neste Poder, o Sr. Paulo Furiatti, que assumirá, na qualidade de Suplente do ilustre Deputado Deni Schwartz, que exerce atualmente o cargo de Secretário dos Transportes.

Para acompanhar o Sr. Paulo Furiatti e introduzi-lo neste plenário, designo uma Comissão integrada pelos Srs. Deputados Luiz Alberto Martins de Oliveira, Nilso Sguarezi e Edmar Luiz Costa.

(Pausa)

Esta Presidência tem a satisfação de convidar o Sr. Paulo Furiatti, para que o mesmo preste o compromisso constitucional.

(O Sr. Paulo Furiatti presta o compromisso).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Tenho a honra de convidar o Sr. Deputado Paulo Furiatti, para que tome assunto na sua bancada, nesta Casa Legislativa.

(Pausa)

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Do Senhor DENI LINEU SCHWARTZ, o qual comunica aos Senhores Deputados, o seu afastamento do exercício de seu mandato de Deputado Estadual, com as garantias do Art. 11, da Constituição Estadual, a partir de 15 do mês em curso, em virtude de ter aceito convite do Governador do Estado, Senhor JOSÉ RICHIA, para ocupar o Cargo de Secretário de Estado dos Transportes.— Ao conhecimento da Casa.

EMENDA:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo único — Inclua-se ao Art. 22 da Constituição Estadual o seguinte inciso XVII

"Art. 22

XVII — Aprovar, previamente, por votação secreta, a indicação dos Diretores Presidentes das Sociedades de Economia Mista."

Sala das Sessões, em 17 de março de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

Apoiamento:

Roberto Requião, Edmar Luiz Costa, Basílio Zannusso, Donato Gulín, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer, Francisco Escorsin, Erondy Silvério, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Gilberto Carvalho, Tércio Albuquerque, Fuad Nacli, Odeni Mongruel, Ezequias Losso, Augusto Carneiro, Nelson Buffara, Fiori Luiz e uma assinatura ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Estamos com a presente proposta de Emenda Constitucional adotando no Paraná uma prática legislativa já em vigor em outros Estados da Federação brasileira, como é o caso de Estado do Rio Grande do Sul, para citar um exemplo.

Na atual conjuntura em que se pretende estabelecer o fortalecimento do Poder Legislativo, nada mais concreto de que esta Casa se manifeste sobre a nomeação dos Diretores das

Sociedades de Economia Mista, as quais, atualmente, exercem importante papel no desenvolvimento econômico e social do Estado, e da Nação brasileira.

Com esse propósito propomos tal medida, com a intenção de dar a este Poder Legislativo maior participação na gerência dos assuntos pertinentes ao desenvolvimento paranaense, em áreas de influência das Sociedades de Economia Mista, que hoje se constituem em fatos dos mais importantes no desenvolvimento da nossa economia.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER regime de urgência aos Projetos de Lei nº 17/82, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná a ARY GRILLO DE SOUZA LOSO e nº 149/82, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE CULTURAL E SOCIAL ANJOS CUSTÓDIOS, com sede em Marialva.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, regime de urgência para a tramitação da Proposição nº 39/83, que dispõe sobre a indicação do nome do Prefeito de Curitiba.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1983.

ROBERTO REQUIÃO.
REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Liderança do PMDB, indica os Senhores Deputados Ervin Bonkoski, Anibal Khury e Roberto Requião, para a Comissão Especial que apreciará a indicação do Senhor Deputado Maurício Fruet à Prefeitura de Curitiba.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo passamento do Professor Francisco Paula Soares.

Outrossim, REQUER ainda, após aprovação do presente, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor HERTILE GUSO, ocorrido em Itapejara do Oeste.

Outrossim, requer ainda, após aprovação do presente, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

SÚMULA: Constituição de Comissão Especial.

Os Deputados que o presente subscrevem, usando as atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 11/60, deste Poder, e com fundamento nos artigos 34, 36 e alínea b) e 37

do mesmo Diploma Legal, REQUEREM à Mesa, ouvido o Plenário, a Constituição de Uma COMISSÃO ESPECIAL, integradas por 3 (três) Deputados com assento nesta Casa, com a finalidade de analisar, no Município de Porecatu, a real situação da Usina Central do Paraná, notadamente com relação ao propalado atraso de pagamento de seus funcionários, fato este amplamente divulgado pela imprensa de nosso Estado.

A Comissão Especial, que por este instrumento se pretende criar, terá com fim específico a elaboração de um circunstanciado documento-relatório, a ser trazido à apreciação desta Assembléia Legislativa, com o fito de aclarar os acontecimentos noticiados e que, por certo, virá acautelar os interesses de centenas de trabalhadores e bem assim de suas famílias, que diretamente prestam sua colaboração à referida empresa.

De outra parte, este Poder Legislativo, tem como precípua obrigação a elucidação destes alarmantes fatos, pois assim o fazendo, poderá, até mesmo, evitar a paralisação das atividades daquela Usina, ouvindo "in loco" as considerações de dirigentes e empregados e, muito provavelmente, exercer sua atuação na mediação das negociações que, provavelmente, estão sendo encetadas.

A Comissão durará o tempo necessário ao exercício das funções aqui propostas e discriminadas.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1983.

(aa) FIORI LUIZ e FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso das atribuições legais que lhe foram concedidas pelo povo em 15 de novembro de 1982, vem à presença de Vossa Excelência requerer o envio de correspondência ao Departametro de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação, solicitando da mesma, estudo verificando a possibilidade da contratação de 12 (doze) professoras especialistas para o ILECE — Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais, tendo em vista graves dificuldades enfrentadas, atualmente, por aquele instituto, conforme a justificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1983

(a) MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

O ILECE — Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais, que tem prestado relevantes serviços à comunidade londrinense e paranaense, no tocante a este tipo de educação especializada, passa atualmente por grave crise financeira, conforme relata Lúcia Feronha, diretora administrativa daquele instituto, em matéria veiculada no jornal "Folha de Londrina", em 15/03/83 (ver cópia em anexo).

Apesar do Governo Estadual e da Prefeitura Municipal de Londrina já arcarem com o salário de 35 (trinta e cinco) das 50 (cinquenta) professoras contratadas pelo ILECE, este não tem conseguido gerar recursos necessários para a manutenção das 15 (quinze) professoras que estão a seu encargo, razão pela qual existe, atualmente, a possibilidade da dispensa de 12 (doze) professoras, o que virá, sem dúvida alguma, comprometer o bom nível de atendimento prestado pelo ILECE.

Necessária se faz, portanto, esta ajuda imediata do Governo Estadual através do Departamento de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação, principalmente se levarmos em consideração que a grande maioria das crianças excepcionais atendidas pelo ILECE, são oriundas das classes menos favorecidas da população e, por isso mesmo, sem condições financeiras de contribuir com o instituto, seja através de mensalidades fixas ou de contribuições espontâneas.

Este Deputado esteve visitando o ILECE recentemente e pode comprovar o clima de insegurança reinante entre o pessoal especializado que presta serviços naquele estabelecimento de

ensino e pode, também, constatar que tal clima tem prejudicado sensivelmente o ambiente de trabalho, o que se justifica plenamente na medida em que todos, indistintamente, sentem-se ameaçados de perder seus empregos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. LUIZ ALBERTO DE CARVALHO LIMA, vítima de lamentável acidente automobilístico.

O extinto era casado com a Senhora ADALNICE DE PASSOS LIMA, filha do Sr. Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS.

Requerem ainda, após aprovação deste, dê-se ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, uma vez ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao egrégio Tribunal de Justiça, no sentido da permanência do Distrito Judiciário de Rio Branco e a criação do Distrito Judiciário de Rosário, Município e Comarca de Grandes Rios, na Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 53, de 1962, criou o Distrito Judiciário de Rio Branco, no Município de Grandes Rios. Desde aquela época, aquela localidade não parou de crescer, sendo uma região em franco desenvolvimento.

Paralelamente, a localidade de Rosário também apresentou grande desenvolvimento, estando a merecer o seu reconhecimento como Distrito Judiciário.

Assim, é da maior justiça a concretização de medidas para esse desiderato.

Todavia, Rio Branco não merece ser prejudicado por essa providência.

Ao revés. Dado o contínuo progresso experimentado pela localidade, desde a lei de criação do Distrito Judiciário há mais de vinte (20) anos apresentando atualmente 586 casas residenciais, 51 casas comerciais, 1 posto de gasolina, hotel, entreposto da Cooperativa (Canorpa), 2.048 propriedades rurais, 5 templos religiosos, colégio de 1.º Grau com 618 alunos, 11 escolas municipais rurais, posto telefônico, posto avançado do Bamerindus em instalação, posto de saúde, clube social, sistema de abastecimento de água, além de complexo agro-florestal das Indústrias Klabin de Papel e Celulose, vem comprovar a legitimidade da pretensão da população local.

Ademais, se aduzirmos o fato de que a população para deslocar-se até Rosário, tem que percorrer aproximadamente 20 km de estradas das mais acidentadas, face ao relevo do solo, assumindo contornos mais graves nos dias chuvosos, com freqüentes acidentes, tornam legítima a pretensão da manutenção do Distrito Judiciário de Rio Branco e a criação do Distrito Judiciário de Rosário.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista as notícias veiculadas nos jornais da Capital, sobre a contaminação da rede de abas-

tecimento de água de Paranaguá e conseqüente surto de hepatite registrado no local, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofícios aos Senhores Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, Diretor Superintendente da SANEPAR e CAGEPAR de Paranaguá, no sentido de esclarecer com urgência a população daquela cidade, principalmente aqueles que não tenham conhecimento das notícias através dos veículos de informações do Estado (Jornais, Rádios e Televisão), das medidas preventivas a serem tomadas, principalmente ao se considerar que a causa do surto de hepatite ainda não está perfeitamente esclarecida e que a população de baixa renda não possui a instrução necessária para a prevenção da doença.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1983

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos dias os meios de comunicação da Capital, noticiaram, para consternação e preocupação nossa, o surto de hepatite ocorrido em Paranaguá e a constatação da contaminação das redes de abastecimento de água daquela cidade litorânea, por coliformes fecais. O próprio Distrito Sanitário local já constatou até o presente, 136 casos de hepatite.

A Secretaria da Saúde por sua vez já vem tomando as providências no sentido, mas, nos causa preocupação de que neste momento de transição da equipe de governo um assunto de tal magnitude deixe de ser tratado com a importância que exige, e urgência necessária.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 11/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica acrescido ao artigo 44 da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, em seu inciso I, o item "f", com a seguinte redação: "f) Projetos de loteamentos e arruamentos.

Art. 2.º — Fica acrescido ao artigo 59 da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, o inciso "XVII", com a seguinte redação: "XVII — Autorizar loteamentos e arruamentos.

Art. 3.º — Fica acrescido ao artigo 75 da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, o inciso "XXXIV", com a seguinte redação: "XXXIV — enviar à Câmara, Projeto de Lei que autorize loteamentos e arruamentos.

Art. 4.º — Esta lei vigorará à data da sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

Legislação recente, federal, de n.º 6 766, de 19/12/79, passou a regular o parcelamento do solo, o que fez em dez extensos capítulos em que são enfocados os requisitos urbanísticos, os projetos de loteamentos, os projetos de desmembramento, e as condições de aprovação de projetos de loteamentos e desmembramentos, dispondo, finalmente que: "Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o previsto nesta Lei às peculiaridades regionais e locais," motivo pelo qual, preliminarmente, estimamos para propor o presente projeto de lei.

Ademais, como é sabido, em nossos dias, os executivos municipais monopolizam a aprovação de projetos de loteamentos e arruamentos, dos quais o Legislativo sequer toma conhecimento, exercendo o Poder de parcelar o solo municipal, unilateralmente, a seu próprio alvedrio, sem prévia audiência dos representantes dos municípios.

Ora, se o município é "a unidade do território do Estado,

com autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pela Constituição da República" e a este mesmo município compete prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e "privativamente, dispor sobre loteamentos e arruamentos" e, se, na forma do Art. 26, da Lei Complementar n.º 2/73, o "Governo do Município é exercido pela Câmara Municipal, com funções legislativas" e pelo Prefeito, com funções executivas, nada mais certo do que, através da Lei Orgânica dos Municípios, devolvermos ao Legislativo a oportunidade de apreciação de matérias que versem sobre esses peculiares interesses municipais, auxiliando o Executivo no acerto das decisões, e analisando com mais profundidade o planejamento urbano municipal.

Assim, esperamos o apoio e aprovação do presente plano, pelos motivos aqui expostos.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 10

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.º — A utilização de veículos de representação, de propriedade do Estado ou tomadas mediante contrato de locação, se rege pelas normas estabelecidas nesta lei.

Art. 2.º — Para os efeitos desta lei, consideram-se veículos de representação aqueles destinados ao transporte de autoridades, com finalidades não diretamente ligadas à execução dos serviços administrativos.

Art. 3.º — Somente poderão utilizar-se de veículos de representação:

I - No Poder Legislativo, o Presidente, o 1.º Secretário e o 2.º Secretário; e o Presidente do Tribunal de Contas.

II - No Poder Executivo, o Governador, o Vice-Governador, os Secretários de Estado, o Procurador Geral da Justiça, o Procurador Geral do Estado, o Dirigente Executivo das Autarquias, das Empresas Públicas, das Sociedades de Economia Mista e das Fundações.

III - No Poder Judiciário, o Presidente e o Corregedor Geral da Justiça.

Art. 4.º — Fica proibido o uso de veículos de propriedade ou sob a posse do Estado para fins estranhos aos interesses da administração.

Parágrafo único — A infração do disposto neste artigo configura crime de responsabilidade, para as autoridades, e para os funcionários, sujeita o responsável às penalidades previstas na Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 5.º — Nenhum órgão dos três Poderes do Estado poderá adquirir veículo de procedência estrangeira quando existir similar nacional, nem veículo de categoria "luxo".

Parágrafo único — Não se instalarão acessórios de qualquer espécie nos veículos da frota oficial.

Art. 6.º — Em conseqüência da redução do número de veículos, decorrente da aplicação desta lei, os servidores ocupantes dos cargos de Motoristas serão aproveitados em funções compatíveis com a aptidão pessoal e de acordo com as necessidades da administração.

Art. 7.º — Os veículos de propriedade das entidades da administração indireta, como tal definidas pela Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1970, apresentarão sinal indicativo de pertinência ao serviço público.

Art. 8.º — Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência tem a honra e a satisfação de anunciar

a presença, neste plenário, do Sr. Flávio Proença, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ivaiporã.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
O assunto é Porto de Paranaguá.

Nós, num pronunciamento que leremos em seguida, estamos inteiramente solidários com uma sugestão do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, Líder da nossa bancada, em pronunciamento feito há doze dias passados aproximadamente. (Lê):

“O Paraná é um Estado pujante, todos sabem. Trinta por cento (30%) da produção agrícola nacional e treze por cento (13%) do volume brasileiro de exportação, bastam para comprovar essa evidência. Mas, igualmente, temos problemas e não vivemos no paraíso. Também sofremos com as geadas, com as estiagens, com as enchentes. E os inúmeros problemas nas áreas de alimentação, saúde, educação e habitação que afligem o povo brasileiro em geral, também causam enorme desconforto à nossa gente.

Honra-me constatar que os nobres Deputados do meu PDS sempre estiveram atentos, sugerindo e exigindo soluções práticas para tais problemas. De maneira séria, honesta, madura e realista, pronunciamentos de homens da minha bancada vêm transmitindo, nesta Casa - e para comprovar tal assertiva basta folhear os anais da Assembléia - os justos anseios do produtor rural, do pescador, do funcionário público, do comerciante, do homem e da mulher, do preto e do branco.

Sobre isso, não nos poderíamos furtar de um exemplo. Recentemente, o Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, Líder da bancada, ergueu sua voz em defesa do direito e interesse do povo paranaense, ao pleitear a inclusão do Porto de Paranaguá dentre os cinco previstos pela Resolução nº 132, do Conselho Nacional de Comércio Exterior. E é justamente tal reivindicação que me traz uma vez mais a esta tribuna. Desejo retomar o tema, unindo todos os meus esforços ao do Deputado Luiz Alberto de Oliveira e ao da Federação do Comércio do Paraná, para que a cidade de Paranaguá seja incluída entre os cinco Portos prioritários do Brasil. Os Ministros da área econômica e os responsáveis pela CACEX, SUNAMAN, PORTOBRÁS, Secretaria da Receita Federal, Associação dos Exportadores Brasileiros e Associação dos Armadores Brasileiros, de longo curso não devem titubear e muito menos tomar uma decisão desastrosa para o Paraná e para o Brasil. Por isso, é saudável relembrar alguns fatos a respeito do Porto de Paranaguá.

1) - É, hoje, um dos portos mais bem equipados e organizados do Brasil, oferecendo ao exportador nacional condições de embarcar seus produtos com rapidez e eficiência;

2) - atende uma extensa região de cerca de quinhentos mil quilômetros quadrados, compreendendo todo o Estado do Paraná e Santa Catarina, norte do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Sul de São Paulo, República do Paraguai - de quem é extreposto de depósito franco - e, mais recentemente, o Norte da Argentina. É, assim, uma das peças mais importantes do esquema nacional dos corredores de exportação e “Porta do Atlântico” para duas outras nações;

3º) - Em 1982, segundo dados da Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná, o movimento de mercadorias somou mais de nove milhões de toneladas e a receita cambial do Porto, neste mesmo ano, obteve onze por cento (11%) da receita cambial auferida pelo País. E esse percentual experimentará, seguramente, crescimento acelerado em virtude de incremento da produção nos próximos anos, aliado à política de expansão das atividades relacionadas ao comércio internacional;

4º) - Paranaguá dispõe, atualmente, de áreas ideais de armazenamento e, finalmente, não são apenas produtos primários - como alguns pensam e afirmam - a pauta da movimentação

portuária. Paralelamente a esses produtos, toda uma imensa variedade de peças industrializadas, eletrodomésticos, motores, ônibus, porcelanas, constitui um dado significativo das cargas, via Porto de Paranaguá.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

O Porto de Paranaguá tem quarenta e sete anos de trabalho inteiramente voltado para o comércio e a indústria do Paraná. É, hoje, uma opção válida à economia do centro sul e a ele devem ser oferecidas ainda melhores condições. Carreador de preciosas divisas, o Porto deve continuar cumprindo o seu papel. Reduzir ou estagnar as possibilidades operacionais do Porto de Paranaguá é não poder solicitar ao Governo Federal melhoramentos na estrada de ferro que liga Curitiba a Paranaguá; É não poder reivindicar as estradas pavimentadas e as ferrovias que estão nos planos do Governo Federal; é não poder pedir o término de rodovias que estão sendo construídas nas zonas rurais; é não poder falar em ferrovia da soja, é dizer NÃO ao desenvolvimento, à riqueza e ao bem-estar do homem paranaense.

Ciente de que não estou defendendo apenas a região litorânea que represento, conclamo a todos os integrantes desta Casa, para que não meçam esforços na concretização de tal anseio: a prioridade do Porto de Paranaguá. Por outro lado, torno oficial tal pedido, através de telex que estamos endereçando, nesta oportunidade, a todas as entidades mencionadas no início desta alocução. Esta a missão, entendo, recebida dos eleitores e do povo que represento: não pedir favores, e sim, justiça”.

Teor do Telex enviado pelo Deputado NELSON BUFFARA, sobre a inclusão do Porto de Paranaguá no plano prioritário:

“Qualidade Deputado Estadual representante região litorânea vg permito-me fazer eco apelos anteriores expressivos segmentos vida política et econômica cg referentemente inclusão Porto Paranaguá uma prioridade dentre os portos brasileiros vg consoante resolução 132 CONCEX pt

Argumentação anteriormente exposta reflete modo correto vg justiça et atendimento mencionada reivindicação vg motivo presente apelo reforça anseios comunidade paranaense pt

Atencionalmente vg

Nelson Buffara

Deputado Estadual PDS Paraná”

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Este nosso pronunciamento diz de perto do interesse que temos e que vimos há vários anos, defendendo - o Porto de Paranaguá - altamente sofisticado, aparelhado e equipado, que é a redenção do Paraná, e uma das grandes obras, um dos grandes portos que este Brasil conta para exportar as riquezas do nosso Estado e de Estados vizinhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados:
(Lê):

“Venho a esta tribuna, justificar e reforçar o pedido contido em requerimento de minha autoria, apresentado neste plenário, no último dia 14.

No requerimento citado - Srs. Deputados, - atendendo a apelos reformulados por inúmeros representantes do povo, da indústria e do comércio de Ubatã e do Diretório Municipal do PMDB, solicito, encarecidamente, do Sr. Secretário dos Transportes, medidas urgentes no sentido de que seja efetuada, com a máxima urgência a ligação asfáltica entre a BR-369 e a sede do Município de Ubatã, em trecho de aproximadamente

1.600 metros.

A urgência do pedido decorre do fato de que o trecho do qual se solicita o asfaltamento, além de servir ao movimento normal de tráfego oriundo ou destinado a Ubiratã, serve de acesso às instalações da Cooperativa de Cotia por onde circulam, anualmente 1.500.000 sacas de grãos e 300.000 arrobas de algodão. Isto, sem contar com outros produtos que por ali circulam”.

Nestas condições, Sr. Presidente, solicito que, acompanhando o requerimento a que me referi, seja encaminhada cópia deste pronunciamento, que agora passo às suas mãos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Anibal Khury.

O SR. ANIBAL KHURY — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“É com grande pesar que venho hoje a esta tribuna para, juntamente com o Paraná lamentar o desaparecimento de um de seus mais ilustres cidadãos.

Faleceu o Coronel FRANCISCO DE PAULA SOARES NETO.

Gaúcho de nascimento, nascido a 04 de março de 1901, na cidade de Rio Grande, tornou-se paranaense por direito e de coração, através dos inúmeros serviços prestados a este Estado.

Formado em Medicina pela Universidade do Rio Grande do Sul em 1.920, já em 1.922, como Chefe do Laboratório de Profilaxia Rural do Paraná, aqui se radicou e constituiu numerosa prole.

Professor da então Faculdade de Medicina do Paraná desde 1924, e fundador da Faculdade de Filosofia deste Estado, deu muito de sua generosa dedicação para que, quando Secretário da Universidade Estadual e membro de seu Conselho Universitário, participasse decisivamente no processo de sua federalização.

Nas lides universitárias, teve seus esforços reconhecidos em 1966 quando foi declarado, com todas as honras, professor emérito.

Como militar, havendo prestado concurso para tenente-médico do Exército em 1923, após brilhante carreira, foi reformado no posto de Tenente Coronel Médico em 1956.

Político e democrata por ideal e formação foi preso em Guarapuava em 1925, tendo sido um dos líderes do levante do 13.º B.C. de Porto União em 1.930”.

De 1931 a 1937, lutou resolutamente pelos ideais democráticos, sendo eleito Deputado Federal pelo Paraná em 1934 e exercido seu mandato até 1938, quando afastou-se da vida política após a dissolução do Parlamento, por Getúlio Vargas.

Em 1945, após a restauração do Estado de Direito, foi um dos fundadores do Diretório da UDN no Paraná, tendo sido o seu primeiro Secretário Geral e em 1956 seu Presidente.

Sempre trabalhando incansavelmente para o engrandecimento de nosso Estado, foi Secretário da Fazenda no Governo Moisés Lupion, Presidente do Banco do Estado nos Governos Munhoz da Rocha e Oliveira Franco.

No âmbito federal, foi Diretor do Instituto Brasileiro do Café, Delegado do Governo do Paraná na sua Junta Administrativa e Presidente do Conselho desta Junta. Todas estas atividades não o impediram de dar também, sua contribuição ao esporte quando no período do Estado Novo, afastado da política, ocupou a Presidência da Federação Paranaense de Futebol e do Britânia Futebol Club.

Poucos podem se orgulhar de uma vida tão plena e tão profunda.

Democrata convicto, político e administrador de capacida-

de excepcional, jamais deixou de ser amigo de seus amigos, tendo a sua honrada existência engrandecido aqueles que com ele tiveram a ventura de privar.

Perde assim o Paraná, este Estado para o qual sempre convergiram idealistas, sonhadores e trabalhadores de todos os cantos da Nação, um de seus filhos adotivos do qual só teve motivos para se orgulhar.

Face aos fatos expostos, Srs. Deputados, peço se lavre o voto de profundo pesar desta Casa, como legítima representante do povo paranaense, pelo desaparecimento do querido e saudoso Coronel FRANCISCO DE PAULA SOARES NETTO. Peço ainda, que desse pronunciamento seja enviada à família uma cópia de inteiro teor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência anuncia a presença do Prefeito de Pitanga, Sr. Neri Kocemba e do Vereador Sr. Agenor. Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As promessas eleitoreiras estão cada dia esvaziando-se. E nós trazemos como testemunha o lamentável fato que o Governador José Richa, prometeu à Cidade de Foz do Iguaçu e aos seus habitantes, através de suas legítimas representações, quer seja, no âmbito político, comunitário e empresarial, que estão a cobrar uma participação de Foz do Iguaçu na PARANATUR — Empresa Paranaense de Turismo. Já que os jornais anunciaram, que no comício de encerramento do PMDB em meu município, o Governador foi claro em dizer que iria dar uma participação especial a Foz do Iguaçu na PARANATUR, especialmente a esperança da nossa comunidade, é pela presidência daquela empresa.

Foz do Iguaçu reclama, porque tem direito. Ela é, sem dúvida, a capital paranaense do turismo, é o quarto parque hoteleiro do nosso País. E é sem dúvida alguma, uma cidade que representa entrada de divisas, visto o grande número de turistas de outros países que visitam diariamente Foz do Iguaçu, que procuram conhecer as nossas belezas naturais, as Cataratas do Iguaçu, que estão hoje a visitar a maior obra do mundo no campo da energia elétrica, a Itaipu Binacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, somos o quinto colégio eleitoral do Estado, uma população de mais de cento e quarenta mil habitantes. Aproveito, desta tribuna, hoje, em nome de parcela ponderável de minha cidade, sabendo que não é de meu direito penetrar num problema interno do Partido do Governo, mas aproveito esta oportunidade para pedir ao meu nobre e inteligente companheiro de Assembléia Legislativa, o Deputado Sérgio Spada, eleito também por Foz do Iguaçu com votação expressiva, representante, ao meu lado, da comunidade mais expressiva do turismo paranaense. Não podemos assistir sem reclamarmos. Assistir sem dizer o que o povo sente; porque quando representávamos, nesta Casa, o partido majoritário, hoje minoritário, o PDS, e que o Governador do Estado era nosso, bati às suas portas, reivindiquei, lutei, trouxe minha comunidade e conseguimos, graças à uma luta incessante, um trabalho da minha cidade.

A PARANATUR, para Foz do Iguaçu, será sem dúvida alguma um desprestígio ao Spada, um desprestígio à maioria dos Vereadores de Foz do Iguaçu que elegeram o Sr. José Richa e que estão esperançosos para receber concretizada a sua promessa de eleição.

O seu governo recém iniciou. Deposito neste momento também, confiança a José Richa, ao seu Secretariado, para que olhe Foz do Iguaçu e lhes dê o que é de direito. Não que queiramos reclamar uma participação no governo, em setores que a

nós não compete, mas sim, Sr. José Richa, atenda o que se prometeu em Foz do Iguaçu.

(É retirado o som da tribuna) — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência anuncia a presença nesta Casa do Vereador de Ponta Grossa, Ubiratã Curi, filho de Chafic Curi.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna, na sessão de hoje, para tratarmos, especificamente, de dois assuntos.

Inicialmente, para dizermos que esta Casa sente-se entristecida pela ausência do nosso companheiro Deni Schwartz.

Por outro lado, sente-se também enaltecida, alegre, com a presença hoje, com a posse, no dia de hoje, do companheiro Paulo Cesar Furiatti.

Digo isto, porque conheço Furiatti desde os tempos em que juntos, no setor agrário, ele na escola de Agronomia e nós na escola de Veterinária, freqüentávamos juntos e juntos participávamos, poderia até dizer ativamente, da política estudantil que se exercia àquela altura.

E hoje, Furiatti assumindo a Bancada do PMDB, vindo integrar-se efetivamente a nós, só bons resultados e bons trabalhos esperamos que venha a apresentar, porque o conhecemos e com ele já convivemos há muito tempo.

Com isso, a bancada que representa aqui dentro, o setor agrário, o setor agropecuário, do Paraná e do Brasil, reforça-se ainda mais, com a presença agora de mais um engenheiro agrônomo, para que possamos juntos, Furiatti, Sabino, Edgar Pimentel e Wilson Fortes, todos ligados por vínculos de formação profissional, e a nós, como médico-veterinário, formarmos, um quinteto que venha de fato a desenvolver grandes e profícuos trabalhos em prol da agropecuária paranaense.

O segundo assunto que nos traz à tribuna, no dia de hoje, diz respeito ao requerimento que estamos encaminhando a esta Mesa, Sr. Presidente, e que versa sobre o seguinte: "Requer envio de expediente ao Tribunal de Justiça, objetivando a permanência do Distrito Judiciário de Rio Branco, Município e Comarca de Grandes Rios, e a criação do Distrito Judiciário de Rosário, também no Município e Comarca de Grandes Rios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este nosso requerimento reveste-se da maior importância e justiça social. O povo do Município de Grandes Rios, especialmente da comunidade do Distrito Judiciário de Rio Branco, sente-se de certa forma prejudicado com o que foi concedido há alguns tempos atrás, a permissão para que o Distrito Judiciário de Rio Branco, criado no ano de 1962, quando ainda município de Cândido de Abreu, fosse transferido o seu funcionamento para o então Distrito Administrativo de Rosário.

Rio Branco, hoje, um lugar dentro de Grandes Rios, com um desenvolvimento bastante acentuado, haja visto que lá existe uma unidade da Klabin, e só para se ter idéia, com uma folha de pagamento na ordem de 18 milhões de cruzeiros. Apresenta inúmeros benefícios sociais dentro desse Distrito. E o povo não pode sofrer simplesmente por uma decisão da nossa Justiça, ou então, por interesses políticos anteriores, que objetivavam beneficiar algumas pessoas ou mais especificamente a uma ou outra pessoa.

Então, é da maior importância que a Justiça, por ocasião do reestudo que está fazendo da nova Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, que se processe o retorno efetivo do cartório para o Distrito Judiciário de Rio Branco. Que permaneça o Distrito Judiciário de Rio Branco e que efetivamente se crie o Distrito Judiciário de Rosário, também uma necessidade premente para aquela região.

Outra forma e outra maneira não entendemos ser correta.

Esta sim, manter Rio Branco e criar o Distrito Judiciário de Rosário.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa anuncia as presenças dos Vereadores Jair de Oliveira e Luiz Valin, de Campina da Lagoa, Michk, de Piên, e do Sr. Prefeito de Palotina, Quinto Abraão Delazari.

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sem falso messianismo e sem a bajulação, não entro no mérito da questão do Secretariado do Governador José Richa. Apenas entro no mérito e quero fazer um apelo aos meus companheiros, ao nome de Maurício Fruet. Este moço que conosco comungou, que sabiamente o Governador José Richa soube indicar para Prefeito de Curitiba.

Queria pedir vênias ao meu Líder, para que pudéssemos, incorporado às duas bancadas, votar neste homem que conhecemos de sobejo. Que, talvez, efemeramente, não vamos precisar dele, mas Curitiba precisa de um homem. Se alguma assertiva houve, Sr. Presidente, nesta escolha do Governo José Richa, foi no nome de Maurício Fruet.

Este homem que conosco comungou, que com a bancada da antiga ARENA e do antigo MDB, sofreu conosco as agruras de um passado tenebroso. Este homem que conhecemos a sua tempera, este homem que há de fazer por Curitiba, a Cidade Sorriso, para que ela continue neste estágio de progresso.

Queria fazer um apelo ao meu Líder, para que votemos em Maurício Fruet, e também para a bancada do PMDB que não leve isso como empreguismo. Mas, um homem como Maurício Fruet, merece a nossa homenagem; um homem bem escolhido. Queria parabenizar-me com o Governador José Richa por ter escolhido este moço que conhecemos, muito embora muitas e muitas vezes em trincheiras diferentes.

Não vamos pedir nada a ele. Estamos apenas fazendo justiça a um colega de bancada, a um homem que conhecemos, para um homem que sabemos a sua tempera de Deputado Estadual e Federal voltado às causas paranasistas. Um homem que, talvez, na Prefeitura, não vamos cumprimentá-lo porque é uma questão de ética.

Mas a ética maior, Sr. Presidente, e meu líder, é votar num homem como Maurício Fruet, que merece a nossa consideração. Um homem que conviveu conosco, um homem que, não querendo desfazer dos outros Secretários, foi a maior assertiva do Sr. José Richa.

Maurício Fruet, sem querer fazer a sua apologia, quem conviveu com ele nestes bancos por quatro ou oito anos, pode saber perfeitamente que merece o nosso voto. Devemos, com a devida vênias da minha bancada, votar maciçamente no ex-companheiro, digno, honesto e trabalhador.

Sr. Presidente, leve ao seu Governador os nossos parabéns ao indicar para a Prefeitura de Curitiba um homem do gabarito de Maurício Fruet. E com a vênias do meu líder, da minha bancada, vou votar em aberto para este homem digno que está acima das quízigas políticas.

Haveremos de ter em Curitiba um grande Prefeito, um homem humano e principalmente, leal e humilde.

Queria, neste instante, reverenciar a idéia que teve o Governador José Richa ao indicar este moço para a Prefeitura de Curitiba. Não é empreguismo, meus companheiros de bancada, é apenas uma homenagem ao moço que quantas e quantas vezes não tivemos entreveros políticos, mas uma homenagem ao homem que nasceu nesta Assembléia, na Câmara de Vereadores, em Curitiba, e acima de tudo, um homem que merece a nossa homenagem.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. FERRARI JÚNIOR — Pela Ordem, Sr. Presidente.

Apenas para solicitar de Vossa Excelência que seja encaminhado a este Deputado, bem como aos demais companheiros da Bancada, do PMDB, cópia fiel do brilhante discurso proferido pelo ilustre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa irá providenciar nobre Deputado.

Em nosso plenário, uma Comissão de Vereadores da Cidade de Rebouças, e também o Prefeito de Sertãoópolis, José Aparecido Rafaeli.

Encerrado o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Inicialmente, quero associar-me ao requerimento do nobre Deputado Anibal Khury, em que pede a transcrição nos Anais desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo passamento do Coronel Francisco Paula Soares Neto.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Rapidamente, Sr. Deputado, um aparte. Será breve.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Com todo o prazer.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência fala em nome da Bancada do PDS, na homenagem que presta, justa, ao Coronel Paula Soares.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado a Vossa Excelência.

E agora, com muito maior ênfase, porque por delegação do Líder da nossa bancada, queremos, não falar sobre a personalidade do Coronel Paula Soares, porque tudo o que precisava ser dito já o foi pelo brilhante Deputado Anibal Khury.

Entretanto, há realmente em nossos corações de paranaenses, um profundo pesar, pelo passamento de um homem que tanto fez por este Estado, embora não sendo paranaense. Tantas e tantas coisas fez, em todos os terrenos, em todos os campos da atividade humana, desde a federalização da nossa universidade.

Lembro-me ainda, quando ao lado de Bento Munhoz da Rocha, de Victor Ferreira do Amaral, de tantos e tantos paranaenses ilustres, como Antenor Pânfilo dos Santos, que tiveram uma luta árdua desses eminentes mestres da nossa Universidade para que o Governo Federal realmente federalizasse a nossa universidade, que está aí hoje, como um marco da cultura paranaense que irradia cultura para todo o País que foi o que gerou a alcinha de Curitiba, que além de "Cidade Sorriso" é conhecida no País como "Cidade Universitária".

No campo dos esportes, eu como militante do esporte, acompanhei as atividades do Coronel Paula Soares, quando era Presidente do Britânia, quando estava quase falido, e ele construiu aquele estádio ali às margens da BR-116.

A cafeicultura paranaense, o que deve a este homem.

Os Anais da Casa estão aí, como um atestado vivo do que o Coronel Paula Soares fez pela cafeicultura do Paraná. Era um homem que não tinha partidos. Era um homem que, no IBC, era apoiado por todas as correntes políticas do Paraná, porque realmente só tinha em mente trabalhar pelo desenvolvimento da nossa cafeicultura, atendendo os interesses da gente paranaense.

E nos diversos postos que ocupou na administração pública, era sempre o mesmo caráter íntegro, o mesmo espírito aberto, liberal, também para todas as correntes políticas de então, porque jamais escudou-se atrás de uma sigla partidária, no intuito de deixar de atender às legítimas reivindicações do povo do Paraná, a ele levadas, às vezes, por correntes políticas divergentes.

Eu mesmo, na época, pertencia ao PSD, partido que não era o do Coronel Paula Soares. Mas, todas as vezes que o procurei

com problemas da minha comunidade, da comunidade curitibana, Vereador que eu era na oportunidade, todas as vezes eu tive uma acolhida afável, e vi atendidas as reivindicações a ele levadas por meu intermédio, da população curitibana.

Associo-me também à bancada do PDS, também se associa...

O Sr. Anibal Khury — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Erondy Silvério, nós, da Bancada do PMDB, recebemos o apoio da Bancada do PDS para o pesar que requeremos pelo falecimento do Dr. Francisco de Paula Soares Neto com satisfação, porque tanto o PMDB como o PDS representam o povo paranaense nesta Casa.

Paula Soares indiscutivelmente foi um exemplo de político, de homem público e de militar. Com Erasto Gaertner, com Othon Maeder, com Souza Naves, com Aramys Athayde, formaram a escola de políticos aqui neste Estado, que só o engrandece.

Porisso, nobre Deputado, fico satisfeito pela sua palavra, pelo seu pronunciamento nesta Casa, em homenagem a um dos homens que escolheu o Paraná como sua terra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu é que me parabeno com o requerimento de Vossa Excelência, e quero ainda, mais uma vez, aproveitando o gancho que Vossa Excelência me proporciona.

Realmente, esses homens, ao lado de Paula Soares, formaram uma escola de políticos no Paraná, onde a verdadeira arte da política era exercida, sem esquecer os legítimos interesses do Paraná como um todo.

Havia, efetivamente, o desejo de acertar com a colaboração que era recebida de todas as facções políticas, porque eles, realmente, formaram a escola da transigência, o que não se verifica nos dias de hoje, onde se radicalizam, nos dois maiores partidos da atualidade política brasileira, posições que nem sempre são aquelas que consultam os interesses populares.

Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão Executiva da Casa, longe de querer imiscuir-me na administração da Casa, mas apenas fazer um apelo nesta hora gravíssima porque passa a economia brasileira, nessa hora em que o assalariado se vê cada vez mais achatado, comprimido, sem condições às vezes de levar para o seu lar o essencial.

Fui procurado por alguns funcionários desta Casa, nesta tarde, que me mostraram o talão de pagamento, onde foram cortados Cr\$ 35.000,00 de diárias, que habitualmente eram pagas a esses funcionários e que já faziam parte do seu orçamento doméstico, porque eles, efetivamente, prestam o serviço, fazem jus àquilo que recebem.

Não quero, de maneira alguma, discutir as razões da medida; talvez elas sejam até justas. Quero apenas, fazer um apelo à sensibilidade humana da Comissão Executiva, para que se resstabeleçam na medida do possível, essas diárias.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, pedimos vênias; eu não estou vendo aqui hoje o nobre Deputado Tadeu França, para nos reportar ao seu recente pronunciamento nesta Casa.

Aliás, o Deputado França é uma das mais gratas surpresas que o PMDB manda a esta Casa; nesta renovação, nesta revolução feita pelo voto aqui no Paraná, veio a esta Casa um Deputado realmente culto, um Deputado que realmente conhece os problemas da coletividade paranaense, o que para mim constituiu-se numa grata surpresa, mas nem por isso quero concordar com o que ele aqui disse recentemente, quando discorreu sobre a má situação financeira dos municípios paranaenses, propondo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para essa situação e o que é pior, atribuir culpas.

Sinceraamente, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, não vemos necessidade em nenhum inquérito para constatar o óbvio, porque, data aproximadamente de oito anos - estão aí os Anais da Casa para comprovar o nosso pronunciamento, o

nosso primeiro pronunciamento, denunciando a avareza trituitária, que sacrifica os municípios brasileiros.

Naquela oportunidade, esta Assembléia aprovou manifestação de nossa autoria, instando a nossa Bancada Federal para que lutasse no Congresso pela inversão da pirâmide tributária ora existente, em que a União domina quase que a totalidade dos recursos; os Estados, muito pouco, e os Municípios, quase nada.

Ora, ninguém mora na União, ninguém mora no Estado, o cidadão mora e contribui numa cidade, e é ali que ele espera ver aplicados os recursos que gerou, tanto quanto há oito anos, revolta ainda, ver o passeio do dinheiro dos cidadãos, indo para os cofres da União e voltando — quando volta — aos municípios, já desvalorizado pela inflação.

Então acho — esta é a minha opinião — que não é necessário criar qualquer CPI para classificar de iníquas essas prepotências tributárias da União.

Não se trata de denúncia recente e nem solitária, mas de um movimento municipalista antigo, ao qual vemos, agora, somar-se também o pronunciamento dos Srs. Deputados do PMDB paranaense, o que nos alimenta a esperança de termos atendido esse anseio não paranaense, mas nacional.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o pronunciamento do nobre Deputado Tadeu França foi além do genérico — tendo afirmado que, os municípios onde o PMDB venceu as eleições, estão em estado falimentar, por causa da atuação dos Prefeitos antecessores, todos do meu partido, do PDS, que teriam malbaratado recursos fornecidos pelo Governo do Estado, e naquela oportunidade, subjetivamente, ele procurou jogar a opinião pública contra os Deputados do PDS, porque ele referia-se especificamente aos Deputados do PDS.

Então eu pergunto: O que é que quer o nobre Deputado Tadeu França? Que sejam dados ou que não sejam dados recursos financeiros aos municípios?

Porque eu não entendi: de um lado, ele reclama da ausência de recursos; de outro, denuncia o mau uso de recursos favorecidos pelo Estado e presume, também, o dom de vidência, aos Prefeitos do PDS que estão sendo sucedidos por Prefeitos do PMDB, como se eles, sabendo, por premonição, dos resultados eleitorais, tivessem malbaratado fundos, para entregar finanças caóticas.

E eu falo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito à vontade — muito à vontade — porque eu era efetivamente apoiado por quatro Prefeitos, o de Imbituva, o de Jacarezinho, o de Almirante Tamandaré e o de São Jerônimo da Serra. Estão aí, dois municípios permaneceram nas mãos do PDS, e dois passaram às mãos do PMDB.

Então, peço aos Srs. Deputados que hoje são os que representam Jacarezinho e Imbituva nesta Casa, que digam como encontraram as finanças desses municípios, digam da honestidade ou não desses prefeitos, porque, de acordo com a consciência que eu tenho, do trabalho que realizei em favor desses municípios, todos os recursos conseguidos do erário público, foram investidos em obras. Em Jacarezinho, estão lá as obras a atestarem a honestidade e capacidade do Prefeito Sebastião Emanuel dos Santos.

E Imbituva? Imbituva foi colocada no mapa. O saudoso Prefeito Diogo Manoel de Almeida colocou Imbituva no mapa. Até piscina pública tem em Imbituva, hoje.

Então foram recursos aplicados com a maior correção, ouvindo sempre segmentos, os mais diversos segmentos desses municípios. Também não quero defender aqui os prefeitos que “botaram a mão no jarro”. Não quero aqui defender os desonestos, que esses eu sei que realmente existiram, mas não aceito a generalização, como se o PDS só tivesse gerado bandidos e ladrões.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, parece-me que a

Comissão instituída pelo companheiro Tadeu França, e eu procuro fazer essa colocação exatamente pela ausência dele no plenário...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Só gostaria de interromper a Vossa Excelência por um instante, para dizer que não é falta de ética de minha parte fazer este pronunciamento, porque eu já disse o que penso do Deputado Tadeu França como homem culto, como patriota, como homem que realmente quer desempenhar bem o seu mandato.

Acontece que nós temos uma fila de inscrições. Lamentavelmente, na minha vez, ele não está presente.

Era essa a justificativa que eu queria fazer no aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Caíto Quintana — Mas continuando, se me permite, acho que de uma vez por todas terminaria esta celeuma de se colocar dúvidas sobre prefeitos que malversaram verbas públicas, porque, se nós pudéssemos levantar a real situação dos municípios, como os que o senhor está citando, Deputado, onde as verbas foram perfeitamente bem aplicadas, receberiam o reconhecimento público pela honradez de seus prefeitos, mas eu tive a oportunidade, no Pequeno Expediente, da última sessão, de denunciar fatos realmente horríveis de administração pública, não importa PMDB ou PDS. Importa é a administração do recurso gerado pelo dinheiro do contribuinte, que muitas vezes se priva de necessidades para contribuir, mas o que eu queria dizer é mais abrangente, nobre Deputado Erondy Silvério.

Essa CPI procurará principalmente, analisar a situação dos municípios, diminuída, enfraquecida pela concentração de rendas no Governo Federal. Se nós pudermos, dentro de um trabalho sério, promovido pelos políticos, mostrarmos que os municípios estão falindo, conseqüentemente obrigando os Estados a cada vez mais injetarem dinheiro nos municípios e eles que também não — e o nobre Deputado colocou muito bem uma expressão de que ninguém mora no Estado, ninguém mora na União. Todo mundo mora no município e as necessidades do município lá é que elas aparecem.

Se essa CPI for bem feita, se essa CPI na verdade levantar a situação caótica dos municípios do Paraná, tenho a certeza de que será instrumento a mais para que possamos pleitear cada vez mais uma reforma tributária.

O meu muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e é o pensamento de todos desta Casa, de todos os Srs. Deputados. Apenas estou me insurgindo contra a forma como a idéia foi colocada na Casa, porque ela foi precedida de um ataque virulento a praticamente todos os Prefeitos do PDS. Generalizou-se a acusação e ainda, sutilmente, procurou-se envolver a bancada do nosso Partido que nada mais fez do que lutar pela liberação de recursos para atender essas comunas. Agora, dentro do espírito em que Vossa Excelência coloca a coisa, é perfeito.

É o que eu estava dizendo, pretendeu o nobre Deputado Tadeu França, no seu discurso, inculpar o Governo do Estado em novo episódio numa postura dele que para mim é curiosa, em que se colocam muitos dos atuais políticos situacionistas que por não saberem assumir o poder como ele é, inventaram a oposição para trás. E Vossa Excelência não pode, absolutamente, discordar disso, porque hoje os senhores são os situacionistas.

Não sabemos se há falta de competência, acho que não, mas temos a certeza que a fórmula é pouco criativa. Porque a opinião pública que optou eleitoralmente pelo PMDB, quer ver atos criativos e não lamentações. Se houve malversação de fundos em prefeituras do interior, cada um dos novos prefeitos tem a lei ao seu lado para denunciar e fazer punir seus antecessores. E os senhores sabem o caminho. Todos os Deputados sabem o caminho.

Para efeito de raciocínio, Sr. Presidente, Srs. Deputados,

vamos admitir a hipótese generalizada pelo nobre Deputado Tadeu França. O Estado forneceu verbas aos municípios e os prefeitos malbarataram esses recursos, ou pelo menos, os prefeitos que eram do PDS e foram sucedidos por prefeitos do PMDB. Então, por essa generalização e pelo vulto que o nobre Deputado atribui a essa situação, nós concluiremos e o que é pior, talvez até os homens que vão dizer se aceitam ou não a reforma tributária, vão chegar à conclusão que os municípios não têm competência para gerir os recursos a eles destinados. Seria então a meu ver, um grande risco, isto, porque implantar uma reforma tributária como a sonhada, onde os municípios sejam melhor contemplados, podia levar a esse estado caótico de coisas. Por outro lado, inculpou também o Deputado Tadeu França, do Governo do Estado na administração anterior, por ter adiantado recursos. Estão aí as notas taquigráficas.

Então, acho que se reclama que o município não tem, quando o Estado dá, reclama-se também. Ora, se malversação houve, nenhuma responsabilidade podia caber ao Estado que também, destituído do dom de evidência, certamente presumiu que as verbas liberadas teriam bom emprego. Mas é evidente! O Governo não iria, mas Governo nenhum, nem de Ney Braga, nem de Richa, nem de Canet, Governo nenhum vai liberar verba para um prefeito se souber, de antemão, que esse prefeito vai botar a mão no jarro, vai ficar com a metade do dinheiro. É essa a defesa que eu quero fazer.

Agora, quer o Sr. Deputado instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para culpar a administração estadual de trabalhar com uma bola de cristal emperrada? Nós teremos o máximo prazer de participar desse trabalho, principalmente se conseguirmos detectar e ajudar a punir prefeitos que efetivamente tenham agido corruptamente. Embora todas essas denúncias devam ser dirigidas a quem dê direito, jamais a esta Casa.

Mas, se assim quer a Maioria, assim será, e até achamos saudável esse espírito aguerrido manifestado pelo nobre Deputado Tadeu França, em querer apuração para irregularidades que a todos revoltam, se e quando verdadeiras. Em resumo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mas antes eu queria dar o aparte ao Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior — Nobre Deputado Erondy Silvério, disse

Vossa Excelência que a Bancada do PMDB busca fazer oposição retroativa, foi o que eu pude entender. E disto nós não vamos abrir mão Excelência. A História Universal mostra vultos grandiosos que muito fizeram pelos seus países, que muito fizeram pelas suas pátrias, que muito fizeram pelo mundo. Mas, a História mostra também verdadeiros monstros que fizeram coisas altamente negativas contra a Humanidade. E, se a História mostra esses fatos, é para que esses exemplos não sejam seguidos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agora, eu não sei a analogia, onde Vossa Excelência quer chegar, porque não geramos monstros no Governo. As obras de nosso Governo estão aí.

O Sr. Ferrari Júnior — Se Vossa Excelência me deixar concluir...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, peço que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — De 15 de novembro para cá, Vossa Excelência não tem mais direito de trazer, a esta Casa, acusações sem provas. Vossas Excelências estão com o Governo na mão, com todos os elementos necessários a qualquer investigação. Não façam acusações de forma velada. Façam diretamente. Era isto que queria dizer. Não geramos monstros em nosso Governo. Sei onde Vossa Excelência queria chegar.

O Sr. Ferrari Júnior — Vossa Excelência entendeu mal. Não disse, nem pretendi dizer, que Vossa Excelência criou monstros. Absolutamente. O que quis dizer é que os monstros que se criaram, não estou me referindo a Vossa Excelência...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — A mim não, ao nosso Governo. (Discursos paralelos).

O Sr. Ferrari Júnior — De uma maneira violenta, dizer que não criou monstros...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não é violenta. É uma reação contra alguma coisa que estamos ouvindo aqui...

O Sr. Ferrari Júnior — O que existiu de ruim no passado tem que ser mostrado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Tragam provas.

O Sr. Ferrari Júnior — Então vamos apresentar provas. Cito um caso para começar. Dr. Camargo. O Prefeito era do PDS. Hoje é do PMDB. A Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios fez ali uma obra muito boa, diga-se de passagem, um terminal rodoviário. Investiu, construiu e entregou ao povo. Cabia à Prefeitura a construção de um solo com laje, com cimento, seria à escolha da Prefeitura, onde os ônibus transitariam. O que fez o ex-Prefeito de Dr. Camargo? Para entregar a obra na época da campanha, a fez e entregou para o povo. Muita festa e até chopp. Agora é que os ônibus começaram a utilizar aquele terminal. O primeiro ônibus que passou por aquele terminal, por aquele solo, quebrou tudo, arrebentou tudo. Este ex-Prefeito era ou não um monstro? Ele é, porque usou o dinheiro do povo. Jogou o dinheiro do povo na rua.

Vossa Excelência citou dois prefeitos há pouco, que fizeram por seus municípios, que colocaram seus municípios no mapa, claro que existem homens desta grandeza, é evidente, no PDS, no PMDB, em qualquer partido político. Eu entendo assim. Agora, estes homens na CPI do Deputado Tadeu França, passarão para a História como grandes administradores...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e concordo com Vossa Excelência com relação a este Prefeito...

O Sr. Ferrari Júnior — E outros...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não estou defendendo prefeito.

Agora o que Vossa Excelência acabou de dizer, que a Secretaria dos Municípios liberou recursos para que se fizesse um terminal rodoviário, obra bem feita, o Governo do Estado liberou na convicção de que o dinheiro seria bem empregado, sob este ponto de vista, é que quero fazer a defesa do Governo anterior. Agora, ninguém tem bola de cristal.

O Sr. Ferrari Júnior — Este monstro a que me referi tem que passar para a história desta CPI do Deputado Tadeu França.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Perfeito, este não é o caminho.

Vossa Excelência sabe que a Assembléia Legislativa não tem o poder de polícia. Está lá a Câmara Municipal. Está aí o Tribunal de Justiça.

O Sr. Fuad Nacli — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Queria deixar aqui, conheço muito bem Dr. Camargo, e quero dizer ao nobre Deputado de Maringá que quem executa as obras não é o Prefeito Municipal, devem ser as firmas. Acredito que têm muitas firmas fantasmas. Muitas firmas que executaram obras e que não estão ainda terminadas. E esta CPI referir-se somente ao Prefeito e nem ao Poder Executivo. Temos que trazer a verdade. A verdade deve ser dita, seja a este ou aquele prefeito. Seja do PMDB ou do PDS.

Não estamos aqui para acobertar ninguém e nem para acusar sem provas na mão. Eu que estive em Dr. Camargo, fiz campanha e conheço muito bem o terminal rodoviário daquela cidade. Agora, o que me consta é que o terminal rodoviário daquela cidade foi feito por uma firma e que o pátio de todos os terminais rodoviários era executado ...

O Sr. Ferrari Júnior — Pela Prefeitura.

O Sr. Fuad Nacli — ... pela Prefeitura, não. Por despesa da Prefeitura, mas sempre por uma firma construtora, Sr. Deputado. Vamos deixar bem claro esta posição. Os Srs. querem tumultuar, querem dizer que todos são corruptos, mas sem provas nas mãos, sem provas concretas. Tragam a documentação de Dr. Camargo, por quem foi feita aquela obra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Estou perfeitamente de acordo com o nobre Deputado representante de Maringá. Agora, acho e é esse o meu ponto de vista, se irregularidade houve, nenhuma responsabilidade pode ser atribuída ao Governo Estadual; além do mau funcionamento da sua bola de cristal, é a única responsabilidade que ele tem. Agora, compreendo perfeitamente, compreendo a responsabilidade que recai sobre os ombros do Sr. Governador José Richa e de todos os Srs. Deputados do PMDB nesta Casa. Responsabilidades estas acrescidas pela mais extraordinária votação recebida por um homem público, neste Estado. Eu compreendo esta responsabilidade. Compreendo também que o PMDB ...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Esta Presidência informa que seu tempo está esgotado. Passa-se ao Horário da Liderança do PDS.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Solicito ao Líder do meu partido que me conceda alguns minutos da Liderança.
(Assentimento).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Vossa Excelência tem mais três minutos, do Horário da Liderança.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Obrigado a Vossa Excelência. Eu compreendo, Sr. Presidente, essa responsabilidade, que é extensiva também aos prefeitos eleitos pela legenda do PMDB, que agora é governista.

Não poderão mais, os vitoriosos de novembro, manter a cômoda atitude de oposicionistas, responsabilizando o Presidente Figueiredo, e o Sr. Ney Braga, por tudo. Compreendo, claro que compreendo. Se recebe o Estado e municípios, com alguns problemas, eles já existiam antes de 15 de novembro. Assumiram suas condições de candidatos, os Srs. membros do PMDB; cientes das dificuldades que os esperavam. Agora, o eleitorado do Paraná, o povo do Paraná está desejoso de soluções. Esperançoso com o novo Governo. Os Srs. viram a ovação que José Richa recebeu, quando adentrou ao Plenário desta Casa.

O povo está ansioso e é por soluções, não quer que os senhores virem o casco do diabo para trás; isto não vai resolver nada. A absolvição preventiva que os senhores pretendem dar aos executivos do PMDB valerá até que estes se assenhorem dos mecanismos do poder. Só até aí; depois, não. Depois o povo vai cobrar dos senhores tudo que foi prometido e não adianta jogar a culpa para trás.

O Sr. Odeni Mongruel — Vossa Excelência permite um aparte?
(Assentimento) Eu gostaria acima de tudo, Deputado, de destacar a preocupação e a coerência que o ilustre Deputado demonstra na análise proferida sobre a proposta do também ilustre Deputado Tadeu França.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Gostaria só de dizer a Vossa

Excelência que sou inteiramente favorável mas no aspecto de melhorar a situação financeira os municípios do Paraná. O Sr. Odeni Mongruel — Vossa Excelência foi bastante claro e eu procuro justamente destacar este aspecto, porque Vossa Excelência decompõe de maneira muito didática o que realmente o preocupa, uma vez que o risco da generalização pode acarretar condições de injustiça; e portanto, é uma atitude antipedagógica.

Vossa Excelência não se coloca contra a iniciativa do Deputado Tadeu França, naquilo que tem de essencial; Vossa Excelência se preocupa sobretudo com a generalização da proposta e que pode, efetivamente, atingir a pontos não desejáveis.

A situação de insolvência atribuída aos municípios, pelo sistema tributário vigente, não é desconhecida de ninguém; de sã consciência, ninguém pode defender o que aí está, nesse aspecto. Porém, o que se deve ter o cuidado, e Vossa Excelência está demonstrando este cuidado, é que essas dificuldades tributárias, essas dificuldades institucionais, não abriguem também incompetência gerencial e atitudes de desonestidade. Não é privilégio de partido político nenhum, guardar a miséria humana.

Existem bons e existem maus em todos os partidos políticos. Este aspecto não se esgota no partido organizado, mas é a marca da própria humanidade.

Nós temos exemplos de bons prefeitos e de maus prefeitos, pertencendo a um partido político e a outro partido político. E nós vemos muitas vezes quando este tipo de homem público, que ao trocar de partido político, dizendo-se buscar condições para satisfazer as necessidades de sua própria comunidade, não se comporta dentro dos padrões de coerência e de dignidade exigidos.

Isto faz com que o político seja negado por si mesmo, mas é negado também pelo seu destino e eu vejo nessa sua intervenção a tentativas solidárias, respeitosa e capaz que Vossa Excelência imprime tentando oferecer a sua contribuição a fim de que a proposta do ilustre Deputado Tadeu França efetivamente, não perca na generalidade mas alcance, efetivamente, um objetivo que virá não só em favor da imagem desta Casa, mas com certeza, se refletirá em favor de todas as comunidades do Estado.

Quero parabenizar-me com Vossa Excelência e dizer que esse seu espírito de homem público, já consagrado e respeitado por todos, de ambos os partidos, de forma muito destacada, nos oferece mais uma lição de profundo ensinamento político. Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado a Vossa Excelência. Não mereço o que Vossa Excelência diz, mas muito obrigado.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Tanto para registrar a satisfação desta Liderança pela posição favorável de Vossa Excelência, como do eminente Deputado Odeni Mongruel, a uma CPI que realmente seja um estudo sério e que mais do que se transformar esta Casa em tribunal de julgamento da honra alheia, seja um fórum de debates para se encontrar o caminho da redenção do municipalismo brasileiro.

Vossa Excelência, mais uma vez, honra, com a sua palavra e a sua cultura, este Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa consulta a Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Têm-se a impressão de que os homens que hoje governam o Paraná, quando alardeiam sua honestidade, esquecem-se de que na vida pública a probidade também se prova com o pagamento das promessas feitas.

O Sr. Governador José Richa, foi farto em promessas tanto quanto em críticas e acusações aos que se lhe opuseram. Tão logo bafejado pelo apoio popular, verificado nas urnas, passou a fugir de compromissos assumidos e adotar exatamente posições que vinha condenando.

O Governo de Sua Excelência tem débitos que deve resgatar sem injustificáveis moratórias, salvo se a honestidade que prega possa ser adiável.

Teríamos então um ano menos honesto para com o povo paranaense, ou mais de um ano para posterior prova de probidade.

O que se reclama de um homem público, não é só que não se locuplete de benefícios pessoais com os recursos do Estado. Esta acusação não fizemos e não estamos fazendo aos integrantes do Governo do Paraná.

Ao homem público também se reclama, que não usurpe dos cidadãos, dos direitos que prometeu atender, nem subtrair deles as justas esperanças que plantou.

Parece-nos que esta falta de honestidade, que desde logo se manifesta, atinge principalmente o funcionalismo público do Paraná, aos servidores foi oferecida igualdade com os trabalhadores no Regime da CLT. E esta promessa seguramente influenciou na eleição de José Richa.

Recebeu ele, todos sabemos, um sem número de votos de funcionários públicos que acreditaram na igualdade oferecida, e não nos parece honesto que, no limiar da posse, lhes sejam negados benefícios, que são reputados justos. O justo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é justo antes, durante e depois das eleições.

Em sua entrevista à Rede Estadual de Televisão Paranaense, pouco antes de assumir o Governo, o ilustre Governador José Richa negou ao funcionalismo o aumento semestral de salários, 13o. salário, e até mesmo necessário reajuste dos vencimentos previstos para este semestre. Esquecido das promessas, antes enfaticamente feitas, transferiu tudo o que se comprometera para data futura, talvez 84, quiçá 85, talvez nunca, como se compromisso algum houvesse assumido.

Busca o Governo escusar-se no orçamento do Estado, esquecido de que no episódio do aumento do funcionalismo ano passado, tão demagogicamente explorado pelo PMDB. Também restrições orçamentárias atavam as mãos do então Governador Hosken de Novaes.

Este, entretanto, servindo-se da competência de sua equipe, encontrou soluções que se não atenderam "in totum" os servidores, pelo menos minoraram naquela ocasião a injusta situação em que se encontravam, e nem se poderia afirmar que Hosken de Novaes prometeu o que concedeu.

José Richa, no entanto, prometeu repetidas vezes este direito aos funcionários públicos estaduais. Promessa que agora descumpe, e adia já que não precisa mais de votos. Existem ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, outros justos reclamos dos servidores, que se encontram na pregação peemedebista, lastro suficiente para serem reclamados e cobrados.

Um deles é de atendimento inadiável. Referámo-nos à estabilidade do emprego, para os trabalhadores do serviço público no sistema CLT, por tempo suficiente, para defenderem-se contra o choque do desemprego, o desemprego analisado pelo Governador José Richa no seu discurso de posse.

O PMDB vem pleiteando no seu programa partidário, a garantia aos trabalhadores das empresas privadas, de não se verem, de uma hora para outra, desempregados.

Nossa posição é integralmente favorável a que se legisle

de forma a oferecer aos trabalhadores essa garantia, especialmente agora, quando a grave crise econômico-financeira multiplica o número daqueles sem emprego, sem possibilidade de acesso ao mercado de trabalho.

Seria de se esperar, pois, que o Governo do PMDB fosse o primeiro a oferecer aos servidores do Estado regidos pela CLT, garantias de emprego, não multiplicando o desespero, a insegurança, o desalento e o temor. Ao contrário disto, o que estamos assistindo é a repetição constante de ameaças, de demissões, sob o argumento de que o Estado tem que conter despesas ou com o lastro em vendetas políticas.

É interessante notar que estes homens que hoje ameaçam trabalhadores de desemprego, sem oferecimento de qualquer garantia, sob o argumento de dificuldades financeiras do Governo, são os mesmos que jamais se preocuparam com as dificuldades da atividade privada, quando esta despede seus empregados. Das empresas privadas eles sempre exigiram a manutenção dos trabalhadores a qualquer custo.

Mas, os seus trabalhadores, os funcionários públicos celetistas, estes podem ser demitidos com total desprezo pela sua fome, pela sua necessidade e pela sobrevivência de suas famílias.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Concederei, na conclusão do meu raciocínio.

Cumpra exigir do Governo, honestidade completa, e não só o repetitivo ato de bater no peito e apresentar-se em estado de virgindade. Para ser honesto, o Governo José Richa há de não avançar nos dinheiros públicos em benefício pessoal ou de grupos, e isto nós confiamos. Mas tem, também, de pagar as contas assumidas para com o eleitorado e o funcionalismo público, pois nada mais é desonesto, Sr. Presidente, do que conquistar o apoio popular com promessas justas e roubar ao povo com a sonegação de seus direitos.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana — Nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, se o seu pronunciamento é um alerta da bancada do PDS ao Governo que ora se instala, eu acho, até certo ponto, válido pela preocupação do político nas coisas de seu Estado.

Não posso concordar quando Vossa Excelência fala em desonesto, e enganar ilusões num governo que apenas ontem se instalou. Nós poderíamos cobrar os políticos todos, se, hoje pela manhã, o Governador José Richa tivesse ido ao Palácio e houvesse começado a assinar decretos e mais decretos, esbanjando dinheiro do Estado, sem ter o conhecimento da verdadeira situação deste Estado.

Parece-me que, para criticarmos o Governo Richa, que se instala agora no Paraná, teremos que ver o seu proceder nos dias do seu Governo.

E discordo também, nobre Deputado, da afirmativa na defesa dos possíveis funcionários a serem demitidos, porque não o foram, até agora. Porque, uma coisa é nos preocuparmos com a fome, a miséria, o desemprego, enfim, com aqueles que precisam trabalhar, outra coisa é tratarmos com seriedade o dinheiro que é gerado por todos os paranaenses e pode estar sendo mal gasto, com funcionários desnecessários, com funcionários que não comparecem ao seu trabalho.

Basta verificar um gabinete de um deputado atuante, tenho certeza que lá existem muitos e muitos pedidos de pessoas que necessitam trabalhar, de pessoas procurando serviço, e vemos que, dentro do Estado, existem pessoas que não trabalham mas que recebem polpudos vencimentos, mas esses, nobre Deputado, não são os ascensoristas, não são as pessoas que trabalham na faxina, aqueles que cumprem horário...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Nem são os celetistas, Deputado.

São os funcionários que têm outro emprego e outras fontes de renda, e recebem desses que precisam trabalhar, isto é, o dinheiro que a eles deveria ser destinado. Parece-me e eu concordo com isto, não se poderia fazer uma demissão em massa no Paraná e o Governador José Richa já falou, muitas vezes, até reconhecendo que tivera uma informação imprecisa quando falou em vinte mil funcionários, mas é em nome dessa moralidade da verba pública que, me parece, deva-se prestigiar aqueles que trabalham, para que eles possam receber melhor e até mesmo para que a sua preocupação de semestralidade ao funcionário público, a sua preocupação de 13o. salário ao funcionário público possa ser conseguida, com o dinheiro que sobrar, daqueles que não trabalham, que só se locupletam do dinheiro público sem nada oferecer em favor do Estado.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Agradeço o aparte, nobre Deputado, mas não posso concordar com as colocações feitas, nem com a censura velada do aparte de Vossa Excelência, de vez que estou cobrando uma promessa que o futuro Governador José Richa negou, em entrevista à Rede Paranaense de Televisão . . .

O Sr. Caíto Quintana — Negou, para agora.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência ouviu, então? Ele negou ou não negou?

O Sr. Caíto Quintana — Para agora, para hoje.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Negou? Ele negou. Mas antes das eleições, ele prometeu.

O Sr. Caíto Quintana — Mas ele falou que iria estudar.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Ele prometeu. Vossa Excelência sabe que ele negou para 1983, sob um argumento que inclusive não faz juz à inteligência nem do nobre Governador José Richa e nem do povo do Paraná, porque Sua Excelência alegou que não poderia dar o 13o. este ano, não por falta de recursos, mas porque o Orçamento não teria sido elaborado por ele.

Ora. Sua Excelência o Governador José Richa conhece administração pública. Vossa Excelência que foi Secretário de uma prefeitura municipal também conhece, os eminentes Deputados Estaduais também conhecem a Constituição, sabem que o Orçamento pode ser modificado a qualquer momento, através do crédito adicional, através de uma mensagem própria, é possível estabelecer o crédito suplementar, há uma reserva de contingência, no Orçamento, para que o Governador possa cumprir a sua promessa.

Então, realmente, não faz jus à inteligência do Governador José Richa, responder, numa Rede de Televisão, onde estão pessoas que entendem de administração pública, uma colocação dessa natureza. Se Sua Excelência falasse em recursos, era possível até admitir, mas não, Sua Excelência alega a Lei Orçamentária, como razão para não cumprir este ano a promessa que fez e não só o Governador José Richa, mas também o Vice-Governador em permanentes entrevistas à imprensa, inclusive à Revista QUEM, antes de empossar-se, disse que sabia onde é que estavam os recursos deste Estado para pagar o 13o., para deixar na Lei a semestralidade, porque de fato a semestralidade já tem sido dada nos últimos anos no Estado do Paraná. Também não se alegue falta de recursos, Deputado Caíto Quintana, porque eu vou dar um dado para os eminentes Deputados aqui presentes:

O Orçamento do Estado do Paraná é praticamente equivalente ao orçamento do Estado do Rio Grande do Sul. Lá a folha de pagamento é de 29 milhões de cruzeiros por mês e aqui no Estado do Paraná é de 8 milhões e meio. Em janeiro, o Estado do Paraná arrecadou de ICM, só de ICM, sem contar

as outras receitas, e o ICM responde com 63 por cento do Orçamento do Estado, arrecadou 13 bilhões de cruzeiros.

O Tribunal de Contas terminou ainda ontem um levantamento em todas as Secretarias de Estado, em todos os órgãos públicos do Estado e verifica através de auditoria especializada que o Governo José Hosken de Novaes deixa ao Governo José Richa, 40 bilhões de cruzeiros em caixa ...

O Sr. Rubens Bueno — Não foi isso que o Secretário Guimarães disse ontem, ao transmitir o seu cargo.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — . . . em caixa para o cumprimento das suas obrigações.

Então, eminente Deputado, posso aqui cobrar a fraude que o Governador José Richa está impondo ao funcionalismo público do Estado do Paraná. Quero dizer a Vossa Excelência, ainda respondendo à sua colocação, que se funcionário existe que não cumpre com as suas obrigações, estes são os funcionários beneficiados com a estabilidade do Estatuto dos Funcionários Públicos Estaduais. Nunca os celetistas, porque inclusive o quadro de CLT no Estado é baixo, e a grande maioria, Deputado Caíto Quintana, talvez mais de 50 por cento dos funcionários celetistas do Estado são exatamente aqueles que sofrem a dificuldade do dia a dia. São os serventes, são os ascensoristas, são aqueles que têm o salário mais baixo.

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Concedo, com muito prazer, o aparte ao Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno — Deputado Luiz Alberto, o estado de penúria em que se encontra o funcionário público do Estado, deve-se e muito à bancada do partido de Vossa Excelência.

Nas últimas duas décadas, foi o seu Partido, com maioria nesta Casa, que sempre dizendo "amém", "sim senhor", sempre se dobrando à vontade dos poderosos, não permitiu que o funcionalismo público estadual tivesse realmente um salário digno para si e para a sua família.

Nós do PMDB temos compromisso, sim senhor, muito a contragosto de sua bancada, que nestas duas décadas não aprovou nada disso que trouxesse benefício ao funcionalismo público.

Nós do PMDB, temos compromissos públicos e já temos orientação do Governo do Estado, que no decorrer deste exercício não será possível conceder esse benefício e o funcionalismo público, que o Partido de Vossa Excelência nunca colaborou para que ele tivesse uma vida condigna, sabe que Richa está dizendo a verdade.

Muito mais, nobre Deputado, quando Vossa Excelência fala em 26 milhões de cruzeiros para um Estado como o Rio Grande do Sul, Vossa Excelência está cometendo um grave erro.

Um município pequeno, de qualquer Estado brasileiro, tem sua folha de 5, 6 milhões. Portanto, um Estado como o Rio Grande do Sul não pode ter uma folha de 26 milhões de cruzeiros mensais.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — 28 bilhões de cruzeiros, Vossa Excelência não ouviu bem.

O Sr. Rubens Bueno — As notas taquigráficas estão aí, nobre Deputado. Mais um detalhe que eu gostaria de passar a Vossa Excelência. O Secretário das Finanças, que entregou ontem o seu cargo, que serviu ao General Ney Braga, e serviu ao ex-Governador que entregou o cargo a José Richa, Hosken de Novaes, disse ontem, na transmissão de cargo ao Dr. Erasmo Garanhão, o seguinte . . .

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência me permite entrar no aparte? Eu gostaria de dialogar com Vossa Excelência.

O Dr. Edson Guimarães, ilustre servidor da COPEL,

também serviu um outro general, já que Vossa Excelência dá uma ênfase tão grande ao fato do Governador Ney Braga ser general.

O Sr. Rubens Bueno — É algum demérito para Vossa Excelência?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Não há demérito nenhum. Eu só gostaria de dar a Vossa Excelência mais uma possibilidade de se referir ao general. Ao General Euler, que foi candidato do partido de Vossa Excelência à Presidência da República.

O Sr. Rubens Bueno — Com muita honra para o MDB de ontem.

Deputado Luiz Alberto, ontem, quando o Dr. Edson Guimarães passava o seu cargo ao Dr. Erasmo Garanhão, ele dizia que entregava em caixa sete milhões e três milhões de cruzeiros, e ainda a receita que poderão advir de empréstimo de mais de três bilhões e meio. Portanto, Vossa Excelência fala em números absurdos, ou o Dr. Edson está mentindo ou Vossa Excelência está faltando com a verdade.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Eu só gostaria de responder ao Deputado Rubens Bueno, Líder do PMDB, neste momento.

Sua Excelência provavelmente não entendeu a colocação que fiz. Não me referi ao pronunciamento do Dr. Edson Guimarães, Secretário de Estado das Finanças, fiz referência a documento público de um órgão acessório...

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Nobre Líder do PDS, está encerrado o Horário da Liderança do seu Partido.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Peço um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Pois não, a Mesa lhe concede mais um minuto.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — E o Deputado

Rubens Bueno, comete também, provavelmente por desconhecimento desse Parlamento, uma grave injustiça com relação ao PDS.

O PDS no ano passado, apresentou aqui na Assembléia Legislativa, a emenda para conceder o 13o. salário, para conceder a equiparação do funcionalismo inativo...

O Sr. Rubens Bueno — Mas por que que não foi aprovado, Excelência, a bancada do PDS era maioria, Excelência?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pelo voto do partido de Vossa Excelência.

O Sr. Rubens Bueno — Era minoria no ano passado, Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência

sabe e os jornais registraram, que o PMDB negou naquela ocasião a aprovação. Ora então Vossa Excelência, com esse argumento, verifica que não foi só a Bancada do PDS que votou contra uma conquista do funcionalismo público.

Assumimos a responsabilidade dos nossos atos, mas é preciso que o PMDB de igual forma também o assuma.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Esta Mesa anuncia em plenário a presença do Prefeito de Salto do Itararé, Sr. Pedro Paulo Esposito e do Vereador da mesma cidade, Sr. Antônio Francisco de Oliveira, também os Vereadores Ademar L. Martins, Acir Fabris, Cristiano Angelu e João Toledo de Rebouças.

No Horário da Liderança do PMDB, cinco minutos para o Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Brasil, não resta dúvida, é um País desinformado.

O brasileiro é uma pessoa desinformada. Existe uma deliberada intenção de se ocultar a verdade que os fatos evidenciam; é uma norma oficial sonegar os números da nossa realidade. Tanto assim que, quando o Governo se apressa a confirmar um caso de espionagem dentro do próprio sistema e o Presidente diz que "isso é café pequeno", o brasileiro chega a desconfiar...

Pois bem, senhores Deputados:

Todos nós sabemos quão grave e angustiante é o problema do desemprego, mas é humanamente impossível chegar aos números reais; é difícil se aproximar da exatidão, porque tais dados são controlados pelo Governo Federal.

Não se tem uma dimensão exata. Não se sabe onde há índice maior. O que se tem dados aleatórios, são estimativas e os poucos números confiáveis fornecidos por entidades classistas são tão esparsos que representam grão de areia no deserto.

Coletar dados sobre o índice de desemprego em Curitiba e na Região Metropolitana de Curitiba é tarefa difícil e antecipadamente fadada ao insucesso devido à carência de informação, não apenas pela dinâmica do processo em si como principalmente pela falta de informação.

Para se ter uma idéia, o próprio SINE não pode dizer o percentual, ainda que aproximado, do índice do desemprego na Capital, e o que tem de mais útil é a relação de admissão e demissão nas empresas — cerca de 18 mil — que lhe fornecem os números. Mas isso é nada no universo do desemprego na região, como de resto no Estado e no País.

Portanto, Srs. Deputados, não é fácil formular propostas quando nem sequer podemos avaliar com precisão mínima os setores da observação: em nosso gabinete atendemos uma média de 70 a 90 pessoas por dia. Dessas, 95 por cento ali são levadas pelo problema do desemprego e absoluta falta de perspectiva de colocação. E cada pai de família que nos procura, representa em média cinco pessoas ou mais, na absoluta carência.

Sabemos que o problema é preocupante pela sua extensão e pelos reflexos na estrutura social.

Se não podemos dizer aqui com segurança o número de desempregados, o número de pessoas que vivem na miséria, na fome e no desespero, podemos no entanto chamar a atenção dos responsáveis pela política econômica e social do País, para dizer que angustiante é a situação, que o fantasma do desemprego leva o indivíduo ao crime, ao roubo, ao desespero, e pode assim, levá-lo mais longe ainda, terrivelmente mais longe. O negro quadro social, a tenebrosa perspectiva pode levar de roldão a sociedade; e isso podemos avaliar e pressentir porque temos a vivência com o povo, ao contrário dos que vivem nos gabinetes confortáveis do Planalto; para isso independemos da estatística oficial.

É necessário e sempre oportuno lembrar aos donos do poder central as razões do drama social do desemprego. Necessário se torna repetir que o Brasil padece da falta de investimento, da falta de ganho. É o elementar exemplo que reiteram os economistas e analistas do sistema: se a classe média não ganha, não consome; com isso a indústria não produz e o comércio não comercia; por conseguinte, cai o índice de empregos.

Mais ainda: a política econômica é tão falha, tão errada que inibe o investimento. Claramente aí entra a responsabilidade do governo em criar um clima de risco e em fomentar a poupança interna. É preferível o dinheiro no cofre do governo. A poupança interna criou, estimulada pelo governo, a imagem de que é melhor imobilizar o capital na mão do governo do que investir, criar empregos, produzir.

E o mais grave, Srs. Deputados, é que nem mesmo o Governo tem a sensibilidade, a sabedoria de promover a inversão desse capital. A poupança interna, especialmente as Cadernetas de Poupança e o Fundo de Garantia por tempo de Serviço, deveria voltar em forma de empregos e benefícios sociais;

no financiamento à construção civil. Porém, o BNH se não fechou de todo pelo menos vem retraindo ao máximo a liberação de recursos. A construção civil está parando, como outros setores já pararam.

Como vemos, é impossível querer recuperar uma economia com a recessão, com o esfriamento, com a queda de produção.

Da mesma forma, não se pode recuperar na base da sonegação de informação ou na manipulação de números.

O governo precisa atentar para o problema do desemprego. Só ele tem os meios de modificar esta situação; basta reformular a política econômica. Mas isto parece não lhe interessar.

O desemprego gera a fome e pode gerar grave conturbação social.

Está o Governo disposto a correr este risco?

Estará o Governo pagando pra ver?

Esse é o grande perigo... estamos à beira de um abismo...

Estamos sobre um grande barril de pólvora. . ."

Vamos refletir sobre tudo isto, meu caro Presidente, meus caros Deputados, porque a situação efetivamente é muito grave e nós não podemos ficar tranquilos; devemos estar atentos e lutar com veemência, com determinação, com objetivos concretos; é o que pretendemos fazer desta Casa, desta tribuna e junto à nossa população, junto às nossas comunidades.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Ainda no Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

Registramos a presença, em plenário, dos Vereadores Antônio Sena e Walter Carbonieri, de Goioerê.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O motivo que me traz a esta tribuna é de social importância para uma das populações representativas da pujança e riqueza do nosso Estado.

É por demais sabido que Campo Mourão, hoje, é um dos centros de maior progresso no Paraná, transformado que está num polo para o qual são atraídos, para comercialização e distribuição dos produtos de toda a região Centro-Oeste.

A riqueza de um Estado, Srs. Deputados, não reside apenas na sua capacidade produtiva e na operosidade de seu povo. Depende, primordialmente, além da seriedade e da capacidade dos homens que o dirigem, da possibilidade de que seus produtos sejam escoados para a comercialização nos centros consumidores e exportadores do País.

Deus foi pródigo com a região de Campo Mourão, ao dotá-la com terras de uma produtividade sem par e com um povo operoso e ordeiro, que tanto tem contribuído para fazer deste Estado um dos mais ricos da Nação.

É preciso, no entanto, que se lhes dê condições, para que o fruto de seu trabalho não seja desperdiçado e deteriorado por falta de meios de transporte eficientes.

Se a economia de um país, de um estado ou de uma região está condicionada, obrigatoriamente, a artérias que permitam a circulação de seus produtos, o centro-oeste do Paraná não é uma exceção.

A partir da inauguração da PR-317, que liga Campo Mourão a Maringá, em 1968, pela primeira vez esta grande região pode demonstrar todas as suas potencialidades. A facilidade do escoamento dos seus produtos permitiu um surto de progresso que em muito contribuiu para a posição de destaque que o nosso Estado ocupa no seio da Nação.

Acontece, no entanto, Srs. Deputados, que o mesmo fator — ligações rodoviárias, permitiu tal surto de progresso que hoje ameaça estrangular a região.

A PR-317, que por anos foi um fator preponderante de desenvolvimento daquele importante polo agrícola, atualmente

pelo seu mau estado de conservação, provoca um sentimento de aventura nos que nela tem a desventura de transitar.

Já naturalmente sobrecarregada pelo crescente tráfego regional, o agravamento das condições, já precárias, da PR-317 foi precipitado pelo fluxo incessante de material de construção destinado à Usina de Itaipu.

Não fosse apenas este aumento do trânsito de caminhões pesados em ambos os sentidos um fator normal de deterioração da pavimentação, a insuficiência nos trabalhos de conservação, contribui para que a situação atual seja de verdadeira calamidade.

É necessário que se diga, a bem da verdade, que o trecho compreendido entre Maringá e o Rio Ivaí, numa extensão de 33 quilômetros, foi completamente restaurado. Essa atenção, entretanto, não foi dedicada ao trecho restante, de 51 quilômetros entre o Rio Ivaí e Campo Mourão, onde, além do revestimento asfáltico bastante danificado, o acostamento praticamente inexistente, tornando a rodovia ainda mais perigosa.

Basta lhes dizer que, por levantamento efetuado pela Polícia Rodoviária, em outubro de 1982, registrou-se uma média diária de 4.482 veículos.

Ora Senhores Deputados, com um movimento de tal intensidade torna-se lógico que para um revestimento asfáltico, que tem uma vida útil limitada, a partir de um determinado ponto de desintegração, nem mesmo os esforços intensivos do Distrito local do DER são suficientes, como serviço paliativo para diminuir a gravidade da situação.

Nestas condições deixo registrado o veemente apelo que faço ao Excelentíssimo Senhor Governador JOSÉ RICHÁ no sentido de que olhe com carinho para esta Região que não o decepcionou nas urnas e que, agora, não merece o seu esquecimento.

Sabemos que o Governador mal assumiu suas funções mas, que, dentre os inúmeros apelos, por certo vai receber, fique registrado o deste Deputado, que transfere à sua administração mais esta demonstração de esperança nos destinos do nosso querido Estado, e no carinho com que, indubitavelmente irá agraciar a nossa Região."

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Ainda no Horário da Liderança do PMDB, com a palavra o Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Desde 1976 nós temos acompanhado o comportamento do Grupo Atalla, responsável pela Usina Central na cidade de Porecatu

Constituímos, na legislatura passada, uma Comissão Especial e estivemos em Porecatu.

O relatório foi enviado às autoridades econômicas da área federal e até hoje nenhuma resposta foi dada.

Naquela ocasião, a Comissão sugeria intervenção pelo IAA - Instituto do Alcool e Açúcar, criando-se uma cooperativa.

Os problemas sociais da usina central continuam. Hoje mais acentuados, muito mais dramáticos, o estado social em Porecatu é de calamidade pública. Os trabalhadores tanto da lavoura como da indústria não recebem os salários desde novembro, vivendo de vales. A fome ronda a casa dos trabalhadores e seus dependentes, quase 10 mil pessoas, com a instituição da "orelha de jegue", que é a denominação do vale, o comércio de Porecatu está fechando as portas, porque a usina central possui uma farmácia e um mercado onde o trabalhador é obrigado a comprar através de vales.

Alguns operários, para sermos mais precisos, 280, do setor de reparos e manutenção das máquinas estão em greve. Comerciantes redigiram um documento e enviaram ao Chefe da Nação, ao Ministro Murilo Macedo e ao Governador José Richa, expondo a situação do comércio local. No documento eles afirmam que a situação é efetivamente de calamidade pública. A

irresponsabilidade do Grupo Atalla vem de muitos anos, começou no Governo Médici, e se afirmou no Governo Geisel, quando Volney Atalla foi destituído da COPERSUÇAR. A partir daí começaram os empréstimos em dólares, e esses empréstimos nunca foram aplicados na Usina, e sim na ampliação do patrimônio pessoal desse grupo.

Hoje, o grupo Atalla está numa situação difícil, pelo menos a nível de Usina Central, de Porecatu, pois segundo o Ministro Camilo Pena, a ordem é: para o grupo vender o que tem para pagar o que deve. E tudo indica, a esta altura, que Delfim Neto, o padrinho do grupo, já não está com tanta força assim, pelo menos nos assuntos da usina, porque todos os recursos eram liberados, através do sim, do super-Ministro Delfim Neto.

O grupo está esperando a liberação de um novo empréstimo de 300 milhões de dólares, 120 bilhões de cruzeiros. É um grupo que faz capitalismo sem capital. Os Atalla preferem sentar na dívida e pagar juros sobre juros, do que desmobilizar seus bens. Eles não querem se descapitalizar. O grupo prefere manter o patrimônio fixo, do que pagar as contas e recolher os encargos sociais, e apenas do BADEP que é um Banco falido, 22% é dívida do grupo Atalla o que dá 10 bilhões de cruzeiros.

Aliás, assim que o novo Presidente do BADEP assumir, provavelmente o ex-Deputado Osvaldo Macedo, vamos solicitar a ele um levantamento da dívida, que segundo informações, chega efetivamente a 10 bilhões de cruzeiros, somente com o BADEP. A Usina Central não recolhe encargos sociais e deve também à COPEL.

Todos sabem que a situação da empresa não é boa. Mas o Grupo Atalla sempre foi beneficiado com altos empréstimos, inclusive do Banco do Brasil, e aplicou em proveito pessoal, aumentando o patrimônio dos irmãos.

Só na região de Porecatu, são 23 mil alqueires. E em Quêrência do Norte, 4 mil alqueires. Sendo que na Usina o regime é de escravidão; de chicote, de fome; de desespero; de medo e de temor.

O grupo sempre fez patrimônio com o dinheiro público acobertado por homens do Governo como Alfredo Buzaide, parente de Ivone Atalla e acobertado sempre por Delfim Neto, por interesses excusos. Os irmãos Atalla são os verdadeiros filhos do milagre econômico, mas, Ivone Atalla não quer desmobilizar os bens para pagar o que deve, gerando problema social e, a Prefeitura Municipal de Porecatu arca com estes problemas, que são canalizados para a sala do Prefeito. Pois, Ivone Atalla, na verdade, é um aventureiro, um irresponsável, um "gangster".

O Sr. Fuad Nacli — Deputado, permite-me um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Assim que eu concluir, nobre Deputado, com toda a satisfação.

E o Governo também é culpado, à medida em que liberou recursos, sem qualquer tipo de fiscalização e autorizou a ampliação da usina e reduziu a quota do açúcar.

Há três ou quatro anos atrás, quando constituímos, aqui, a Comissão, o grupo entregou uma procuração a um Ministro da República para que esse vendesse algumas propriedades, mas nada foi feito; ao contrário, o grupo de lá para cá só ampliou o seu patrimônio pessoal.

É preciso acabar com esta chantagem. O Grupo Atalla usa o problema social para obter mais recursos, mas não aplica quase nada na Usina Central.

Vejam, por exemplo, o exemplo da Usina Bandeirantes, do Grupo Meneghel. Existem os problemas sociais, mas não tão acentuados como em Porecatu. E a folha de pagamento na Usina Bandeirantes é dez vezes menor do que a de Porecatu, que chega, na entressafra a 60 milhões de cruzeiros, e na época de safra a 600 milhões de cruzeiros.

O Grupo Ometto, no interior paulista, também não chega a enfrentar problemas sociais tão graves como em Porecatu, porque são dirigentes responsáveis, não são "gangsters", não são estelionatários.

O Sr. Fuad Nacli — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Em seguida, só concluindo, um minutinho a mais.

Volney Atalla sempre diz que a imprensa, principalmente o "Estado de São Paulo" tem marcação contra ele. E na verdade Atalla é um marcado. Mas existem motivos para essa posição do Estadão de São Paulo. Atalla foi um dos principais patrocinadores da Organização Bandeirantes - OBAN — de triste memória. A OBAN foi um organismo de repressão e tortura. E muitos jornalistas foram torturados, pagos pelo dinheiro de Volney Atalla, inclusive um jornalista do "Estado de São Paulo". E Atalla ia na sala de torturas assistir às sevícias. E por isso que é um homem marcado pela grande imprensa.

Sabemos também que o grupo não fornece nenhum tipo de informação. Possuindo um fortíssimo esquema de segurança, com homens armados e treinados. Alguns jornalistas já foram expulsos da usina com ameaças de morte.

Aqueles trabalhadores, nobres Deputados, precisam do apoio desta Casa.

É preciso levantar a situação com coragem e sem medo. E é neste sentido que estamos encaminhando à Mesa um requerimento, solicitando a formação de uma Comissão Especial para averiguar e levantar tudo sobre o Grupo Atalla, pois entendemos que o caminho é a intervenção e a desmobilização dos bens, para que seja salvaguardado o direito do trabalhador que vive num verdadeiro campo de concentração. Esta casa não pode se omitir, E este requerimento, assim que for aprovado, terá na sua constituição como membros, este Deputado que é proponente, Fuad Nacli, Deputado do PDS, e Paulo Cesar Furiatti, e também com a presença da Deputada mais votada em Porecatu, Irondy Pugliesi.

Os dois sindicatos pediram através da imprensa de hoje, moratória para o grupo. Mas, são suspeitos os dois sindicatos, pois são patronais, como é o General Massa, Delegado do Trabalho neste Estado. Um, inclusive, do Sindicato dos Trabalhadores da Usina de Açúcar — é funcionário do Grupo há 12 anos, e está sendo manipulado pelo Grupo Atalla.

Precisamos, encontrar, efetivamente, a solução, que atenda os interesses da usina; que atenda os interesses do comércio, que atenda os interesses dos trabalhadores; e que ainda atenda até os interesses da Prefeitura, que é do PDS. E é isso que vamos tentar visualizar, após um levantamento geral.

O Sr. Fuad Nacli — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Eu permito com toda satisfação porque o nobre Deputado conhece profundamente a região de Porecatu, conhece profundamente os problemas sociais e também faz parte da Comissão constituída nesta Casa, em 79. Com toda satisfação, espero obter subsídios do seu aparte, nobre Deputado.

O Sr. Fuad Nacli — Com todo respeito, nobre Deputado, Vossa

Excelência já no início foi dizendo que a Comissão pediu a intervenção do IAA, faltou com a verdade. A Comissão, na época, não pediu a intervenção da usina e nem do IAA. O que houve é uma solução. Vossa Excelência conhece muito bem o problema do Grupo Atalla. Eu, aqui, não quero defender o Grupo Atalla. O meu interesse é em função da Usina Central do Paraná, seja ela na mão do Grupo Atalla ou seja na mão de qualquer outro grupo. Mas, nós não podemos deixar de reconhecer que Vossa Excelência ataca o Grupo Atalla como se fossem os homens que querem amedrontar o Paraná e o Brasil.

Vossa Excelência esquece que lá existem 20 e tantos mil alqueires de terra, de propriedade de uma firma constituída, que dá mão-de-obra não a 10 mil funcionários, mas a muito mais.

O SR. FIORI LUIZ — Mas que passam fome, nobre Deputado.

O Sr. Fuad Nacli — Não passam fome, senão estariam numa outra região. Agora, nós devemos reconhecer os fatos que Vossa Excelência sabe, desde o ano de 1979, o empréstimo não saiu àquela empresa, para implantação da usina. E Vossa Excelência sabe muito bem que qualquer empresário, no Brasil, não precisa ser no Paraná, que implanta uma indústria, como Vossa Exce-

lência conhece muito bem e ele dá o 1.º financiamento, o segundo e o terceiro e o quarto ou eles querem que a firma entre em falência. Eu não vejo razão para dizer que o Alfredo Buzaid, o Ministro Delfim Neto que não me é simpático, acho que esse homem não deveria estar no Ministério e que seja apadrinhado desse grupo que lá está, que é proprietário dessa usina. Se fossem apadrinhados, já teriam recebido o dinheiro, em 1979. Não estou aqui, para defender.

O SR. FIORI LUIZ — Mas tudo indica que Vossa Excelência está defendendo.

O Sr. Fuad Nacli — Não estou defendendo, nobre Deputado, porque nós, no Brasil inteiro, estamos vendo grandes firmas para as quais o Governo está procurando uma solução. E a solução deverá ser dada, a Porecatu. Nós há dois dias atrás, conversamos até à 1:00 hora da manhã, nobre Deputado, então Vossa Excelência conhece o meu pensamento, sabe a minha maneira de pensar, não têm a minha simpatia aqueles que queiram fazer fortuna às custas daqueles que trabalham, porém, não podemos cometer injustiças, aqui nesta Casa, querendo fazer, da tribuna desta Casa, a desgraça daqueles que lutam e trabalham para o Brasil!

O Grupo Atalla veio para o Paraná, trazendo benefícios e lutando, e, se deve alguma coisa, hoje, pela atual conjuntura, pela atual situação, Vossa Excelência pode dizer que eu confirmo, o grande responsável, eu posso dizer aqui, sem medo do amanhã, foram os Governos Federais que prometeram, quando foi adquirido do Grupo João Lunardelli, aquela usina, implantaram uma indústria, uma usina para 10.000.000 sacas, e Vossa Excelência sabe melhor do que eu que, foram plantados quase 20.000 alqueires de terra, de cana, e eles não produziram 2.000.000 de sacas, não chegaram a produzir 1.500.000, montaram uma estrutura que não havia necessidade de montar, usinas como Porecatu têm a mesma percentagem que tem Bandeirantes, Jacarezinho e Maringá.

O SR. FIORI LUIZ — Permita-me concluir, nobre Deputado, e espero que tenhamos, depois, uma excelente convivência nessa Comissão, quando então poderemos colocar esses dados no relatório.

Os culpados são muitos, é o Governo, é Delfim, é Buzaid que sempre liberaram à torto e à direito, sem fiscalização.

O Sr. Fuad Nacli — O Buzaid está no Supremo Tribunal, Deputado, não está mais no Ministério.

O SR. FIORI LUIZ — E os Atalla que montaram um império com recursos públicos, lendo o Paraná através do BADEP e da COPEL.

O Sr. Fuad Nacli — Mas vai ver, o patrimônio deles corresponde a muito mais que a sua dívida, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrado o horário do nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei Complementar, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Sr. Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, devidamente apoiada. — **Recebida.** Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88/82, de autoria do

Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a "IRMANDADE DAS IRMÃS DIACONISAS BETÂNIA", com sede e foro nesta Capital. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 96/82, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PALÁCIO IGUAÇU", com sede e foro na cidade de Curitiba. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial, que apreciará a indicação do Sr. Deputado Maurício Fruet à Prefeitura Municipal de Curitiba. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khoury, lido da tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Coronel Francisco de Paula Soares Neto. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Francisco de Paula Soares Neto. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Hertile Gusó, ocorrido em Itapejara do Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Alberto de Carvalho Lima. — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) — Temos para registrar nos Anais desta Casa, o nosso profundo pesar pelo falecimento do ilustre engenheiro Luiz Alberto, funcionário da COPEL e para associar-me em meu nome pessoal e em nome da Bancada, às manifestações de pesar desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a Proposição n.º 39/83, que dispõe sobre a indicação do nome do Prefeito de Curitiba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 17/82 e 149/82. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fiori Luiz e Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial integrada por 3 (três) Srs. Deputados, com a finalidade de analisar, no Município de Porecatu, a real situação da Usina Central do Paraná. — Em votação.

O SR. FUAD NACLI — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa, para encaminhamento da votação, concede a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós não temos lado, nem para o lado de cá nem para o lado de lá, a tribuna é da Casa. Antes de mais nada, pedi um aparte ao ilustre Deputado Fiori Luiz, que independente de partido é nosso companheiro, é nosso amigo. Nós conhecemos, mais ou me-

nos, não conhecemos perfeitamente, a posição e a situação da Usina Central de Porecatu. Mas, queremos deixar aqui, nós que assinamos esse requerimento para constituição de uma Comissão Especial, no nosso entender, que não vimos no Regimento, deveria ser composta de cinco membros, ele fez de três. Ele, conversando conosco, com a sua Liderança e com a nossa Liderança, ficou designado o Presidente e o nobre Deputado Fiori Luiz, que nos honra com a sua Presidência, nos colocou como relator.

Mas, queremos deixar bem claro a nossa posição com referência a esta Comissão Especial. Nós não aceitamos nenhuma intervenção sem primeiro fazer um levantamento. Da última vez, esta Comissão de Porecatu teve que encerrar os seus trabalhos, porque o que queria ser feito, era uma divulgação, politicagem, assim podemos dizer. E nós não queremos fazer política sobre a desgraça alheia e, principalmente, daqueles que precisam do trabalho e da luta na Usina Central do Paraná, que é em Porecatu.

Para finalizar, vimos a esta tribuna, para encaminhamento de votação, porque temos aqui uma cópia em que o nobre Deputado diz certas coisas que não condiz com o entendimento da nossa pessoa. Com todo respeito que nós temos, ele tem a liberdade de falar dessa tribuna aquilo que sente, aquilo que ele acha, aquilo que ele esteja de acordo. Mas nós, para que não haja distorções, com todo respeito que nós temos para o ilustre Deputado, e ainda para o Deputado que assume hoje, nesta Casa, Paulo Cesar Furiatti, que é um homem que deve conhecer os problemas, porque é um agrônomo, é um engenheiro, nós o respeitamos e esperamos que essa Comissão, na realidade, vai fazer aquilo que é de lei e é de justiça.

Sabemos que, numa propriedade particular, não podemos entrar dentro sem sermos convidados pelo seu proprietário. Com referência a torturas lá em Porecatu, com referência de que nós não fomos recebidos, o nobre Deputado Fiori se recorda muito bem, que nós tivemos com o Dr. Rude conversando, e ele foi um dos Deputados que mais bem foi recebido por aquela empresa. E todos os demais Deputados, José Tavares fazia parte, José Lázaro Dumont, a minha pessoa e eles colocaram à disposição, toda a documentação da Usina Central do Paraná. Esperamos novamente ir à Itaipu, para dar uma solução definitiva. Que não venham o Governo Central, ou quem de direito, prometendo, enganando não só a Usina de Porecatu.

Não queremos citar aqui, mas, Deputado da bancada da Oposição, o frigorífico de Paranaíba, esteve fechado dois anos, por quê? Perguntamos. E também outros estabelecimentos estão pedindo concordata. Precisamos saber se estas concordatas são preparadas ou manejaadas, ou se são necessárias por esta desvalorização máxima.

Não estamos aqui para defender o Governo Federal, nem Estadual, estamos para defender o município onde sempre fomos eleitos, que é Porecatu e aquela região. E os Deputados sabem muito bem, só o povo que nos elegeu desde a primeira vez, que nos colocou pelo quinto mandato, e queremos dizer ao Deputado Fiori, se necessário for e a lei nos permitir, vamos fazer tudo para que a Usina tenha uma solução definitiva, para que nas manchetes de jornais não venham procurar jogar lama sobre um povo trabalhador e ordeiro.

Conhecemos a lavoura agrícola de Porecatu. Conhecemos o café de Porecatu, é o café mais bem cuidado que temos no Paraná. A prova está na documentação. Está aí, nos Anais da Casa, o relatório que fizemos. Não fomos nós que fizemos. Foi a Comissão. A participação dos ilustres Deputados que passaram quase a noite toda para poder chegar a um consenso. E sempre procuramos dialogar e conversar mas, acima de tudo, o interesse de Porecatu e da região e não do Deputado, — com todo o respeito, não do Deputado se quer fazer politicagem.

Espero, como na vez passada, a conduta do Deputado Fiori, que muito bem conduziu a Presidência daquela Comissão. Queremos deixar bem claro, vamos a Porecatu não fazer política, mas pedir ao Governo Central, aos Governadores do Estado, ao atual

Governador José Richa, para que dê uma solução definitiva, para que não haja continuidade, para que não precisemos vir à tribuna com este requerimento de hoje; que seja a finalidade de uma situação. Porque, no nosso modo de entender, já da última vez, não tínhamos poder para entrar na fiscalização da usina. E a Usina se colocou à disposição deste Poder. Mas, infelizmente, fomos obrigados a entregar o nosso relatório, porque não havia mais necessidade de continuar, porque o que precisava era, na realidade, uma solução definitiva. É o que esperamos desta vez, ilustre Deputado Fiori Luiz. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está em votação o requerimento. Para encaminhar, por dez minutos, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, este ímpeto, este dinamismo do Deputado Fuad Nacli, parece-me, será altamente importante no levantamento que realizaremos terça-feira, a partir das sete da manhã, na cidade de Porecatu.

Apenas para esclarecer alguns pontos. O nobre Deputado Fuad Nacli disse, tortura em Porecatu. A tortura a que me referi foi a tortura nos Quartéis de São Paulo, na época da OBAN. Em Porecatu, a tortura talvez seja de outra forma. A falta de alimentação; a falta da luz que foi cortada, a tortura de comprar no mercado do Atalla, pagando duas vezes mais caro que em outros mercados; a tortura de ver crianças de oito anos saindo às cinco da manhã para os canaviais, tomando um copo de pinga; a tortura de ver crianças comendo cana para suportar a fome. Parece-me até uma tortura muito mais triste, esta de Porecatu.

Dizia também o nobre Deputado Fuad Nacli, que nós fomos muito bem recebidos, mas eu não disse que nós não fomos bem recebidos. Jornalistas já foram expulsos lá da usina. É o caso do PIO, jornalista do "Estado de São Paulo", o Joel, o Germano, e tantos outros, foram também expulsos, porque a guarda de segurança da usina é comandada por um elemento contratado, de Portugal, que veio da FIBI, e ele comanda quase 60 guardas. É realmente um campo de concentração.

O nobre Deputado falava em politicagem na comissão anterior. Ora, nós éramos minoria; eram três Deputados do PDS e dois do PMDB; então, a politicagem se foi feita, não foi feita por parte dos Deputados do PMDB, em minoria, naquela ocasião. Fazia politicagem em Porecatu; não sou Deputado de Porecatu; nunca fui apoiado pelo Diretório de Porecatu. Inclusive, nessa última eleição, o Deputado mais votado, foi a Deputada Irondi Pugliesi; eu devo ter tido meus 33 votos, que eu me orgulho muito; foram 33 que acreditaram em mim, mas eu coloco o problema social de Porecatu muito mais acima do problema de voto em urna. Desde 1976 nós acompanhamos; como éramos políticos, levantamos o problema através do rádio e da televisão. Então, desde 76 que nós conhecemos a desesperança, o temor, o medo, o sacrifício daquela massa disforme que compõe o núcleo de trabalhadores da usina. É um trabalho de servidão, de escravidão, de fome, como o nobre Deputado Fuad Nacli tão bem conhece.

Esta Comissão é evidente, terá que levantar com imparcialidade todos os problemas. O meu pronunciamento é uma opinião pessoal desse Deputado. É evidente que nós constituímos uma Comissão e ela terá que ser ouvida; mesmo a minoria, vai ser ouvida; porque a minoria, através do Deputado Fuad Nacli, será o relator, desse relatório. A verdade é que precisamos buscar caminhos, clarear a situação daquele povo, que é uma situação de miserabilidade absoluta. Os responsáveis são muitos; e nós não podemos nos omitir nesta Casa; e o próprio Governador José Richa também não poderá se omitir. Porque nós sabemos que em agosto do ano passado, o Grupo Atalla doou 50 milhões de cruzeiros para a Campanha do Sr. Saul Raiz. Se deu para a campanha de Richa, ou não deu, é outro problema; isso também não vai nos impedir de formarmos a Comissão e irmos lá. Mesmo que setores

do PMDB não aceitem a nossa posição; e sei que setores não aceitam a formação desta Comissão. Mas eu entendo que a situação de sofrimento daquele povo, está acima de outros interesses: de campanha, de financiamento, de financiamentos de campanha.

Então esta Comissão fará um levantamento junto aos comerciantes, aos trabalhadores; porque o grupo vive encastelado, ermeticamente fechado, sem nenhuma fonte de informações, nenhum canal de liberação de informações; isso é ruim até para o grupo; porque o grupo deveria ter — e nós conversávamos isso, nobre Deputado, um relações públicas, para colocar também esses problemas. Porque se a culpa é do Grupo Atalla — e me parece que o é porque desviava os recursos, mas o Governo Federal também tem culpa, ao reduzir a quota e ao incentivar a implantação e a ampliação da usina. A verdade é que as benesses do Governo sempre favoreceram o grupo. E hoje o patrimônio dos Atalla é incalculável; não é só no Brasil, é no exterior também. Segundo uma revista inglesa, estaria entre as maiores fortunas individuais do mundo. Enquanto o seu Atalla patrocinava a COPERSUL, que é com corrida de Fórmula 1, o povo comia cana para amainar a fome, em Porecatu; é uma realidade, numa região rica como o Norte do Paraná, que é a região mais rica do mundo, não se pode conceber.

Os problemas vêm desde 1974; os atrasos de pagamento; não recolhimento de INPS; não recolhimento de Fundo de Garantia; não se paga COPEL; se busca empréstimos. Lesando o Estado do Paraná, sim, porque o grupo deve 10 bilhões de cruzeiros ao BADEP que já está falido; deve ao Banco do Brasil; deve ao BIRD; deve a bancos internacionais; a bancos nacionais particulares.

E nós, esta comissão, deverá ter um encontro com o Sr. Governador que terá que tomar a sua posição também; o Governador José Richa não vai poder se omitir porque Porecatu faz parte do Paraná e nós vamos cobrar isso do Governador também. Uma posição ativa, corajosa, no encaminhamento de sugestões e de soluções para o Governo Federal.

É isso que nós propomos e queremos a cobertura do nosso Governador e do nosso Secretário, responsável por esta área.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Continua em votação. — **Aprovado.**

A Presidência solicita das lideranças que façam a indicação dos Deputados que comporão a Comissão Especial. Dois Deputados do PMDB e um do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Ouço novamente esta Presidência solicitar a indicação de membros do PDS para comporem a Comissão Especial que terá a oportunidade de analisar o nome do indicado pelo Governador José Richa, para a condição de Prefeito nomeado dirigir os destinos de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Nobre Líder, a matéria que está sendo discutida é a Comissão Especial para...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — É que Vossa Excelência não fez referência e como o assunto predominante hoje é a indicação do...

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) É uma Comissão Especial para apurar a situação real da Usina Central do Paraná.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência poderia então, aproveitando a oportunidade, informar quantos membros solicita o Deputado Fiori Luiz?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Três membros. Dois do PMDB e um do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Esta liderança indica o Deputado Fuad Nacli para compor a Comissão.

O SR. RUBENS BUENO — (Pela ordem) A Liderança do PMDB, indica como membros desta Comissão, os Deputados Fiori Luiz e Paulo Furiatti.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa agradece a indicação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio de Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Departamento de Educação Especial da Secretaria da Educação, encarecendo estudos no sentido de contratar 12 (doze) professoras especializadas para o ILECE - Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais. — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. RUBENS BUENO — (Pela ordem) A Liderança requer a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere. Inicialmente a Mesa fará a chamada nominal.

A Senhora Primeira Secretária fará a chamada nominal. A SRA. 1ª SECRETÁRIA — (Ironi Pugliesi) — Procede à chamada nominal.

Responderam a chamada nominal 25 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Vinte e cinco Srs. Deputados responderam a chamada. Não há "quorum" para votação, somente para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessutti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Tribunal de Justiça, objetivando a permanência do Distrito Judiciário de Rio Branco e a criação do Distrito Judiciário de Rosário, Município e Comarca de Grandes Rios. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, Diretor Superintendente da SANEPAR e CAGEPAR de Paranaguá, no sentido de esclarecer a população daquela cidade, através de veículos de informações do Estado, das medidas preventivas a serem tomadas contra o surto de hepatite que vem assolando aquela região. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente. Levanta-se a sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA N.º 131/83

designar ROBERTO ALFREDO PEITROBELLI MONGRUEL, funcionário contratado deste Poder, pela Resolução n.º 71/80, para prestar serviços como Datilógrafo, junto ao Gabinete do Deputado Odeni Mongruel, a partir de 07 de março de 1983. (Protoc. 1347/83)

PORTARIA N.º 132/83

designar SÔNIA MARA GONÇALVES DE FREITAS, funcionária contratada deste Poder, pela Resolução n.º 71/80, para prestar serviços como Datilógrafa, junto ao Gabinete do Deputado Ivan Gubert, a partir de 1.º de março de 1983.

(Protoc. 1240/83)

PORTARIA N.º 133/83

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JONAS ZAMPIER, matrícula n.º 339, ocupante do cargo de Assessor Administrativo B, do Grupo Ocupacional de Assessoria-

mento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5.º quinquênio, compreendido entre 19 de julho de 1977 e 19 de maio de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4.º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1977, 1978, 1979 e 1980, contadas em dobro. (Protoc. 265/83)

PORTARIA N.º 134/83

conceder à funcionária RITA SOARES BERTOLI, matrícula n.º 052, ocupante do cargo de Consultor Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1982, a partir de 1.º de abril de 1983. (Protoc. 1494/83)

PORTARIA N.º 135/83

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de IOLANDA GUIMARÃES MELLO DE CASTRO, matrícula n.º 184, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1977 e 07 de janeiro de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3.º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro. (Protoc. 6998/82)

PORTARIA N.º 136/83

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de MARIA ARANTES DE LIMA, matrícula n.º 216, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 4.º quinquênio compreendido entre 07 de março de 1976 e 07 de janeiro de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3.º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1976, 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro. (Protoc. 6226/82)

PORTARIA N.º 137/83

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ANTÔNIO CARLOS SANTOS DE LACERDA, matrícula n.º 603, ocupante do cargo de Secretário de Comissão A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Qua-

dro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 6.º quinquênio, compreendido entre 17 de março de 1977 e 17 de março de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5.º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1978, 1979, e 1980, contadas em dobro. (Protoc. 6205/82)

PORTARIA N.º 138/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 129, § 1.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ALZEMIRO ARTIGAS, matrícula n.º 381, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) mês e oito (08) dias, compreendido entre 04 de dezembro de 1956 e 12 de janeiro de 1957, em que prestou serviços à Polícia Militar do Estado. (Protoc. 6015/82)

PORTARIA N.º 139/83

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de SYLVIO SEBASTIANI, matrícula n.º 466, ocupante do cargo de Secretário de Comissão A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5.º quinquênio, compreendido entre 28 de novembro de 1977 e 28 de março de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4.º quinquênio e das férias referentes ao ano de 1977, contadas em dobro. (Protoc. 263/83)

PORTARIA N.º 140/83

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de GLACI BELICH, matrícula n.º 154, ocupante do cargo de Assessor Administrativo B, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 25 de fevereiro de 1979 e 25 de dezembro de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3.º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1978, 1979, 1980 e 1981, contadas em dobro. (Protoc. 100/83)

PORTARIA N.º 141/83

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de

IGLAIR SMANIOTTO, matrícula n.º 298, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5.º quinquênio compreendido entre 13 de março de 1977 e 13 de janeiro de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 2.º decênio e das férias referentes ao ano de 1979, contadas em dobro.

(Protoc. 1490/83)

PORTARIA N.º 142/83

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de DIMITRYA PIRIH MARANHÃO, matrícula n.º 138, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 3.º quinquênio, compreendido entre 05 de março de 1974 e 05 de maio de 1978, antecipado em razão da incorporação referente ao 2.º quinquênio e das férias de 1977 e 1978, contadas em dobro.

(Protoc. 130/83)

PORTARIA N.º 143/83

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ALFREDO PRESTA, matrícula n.º 057, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 24 de maio de 1977 e 24 de maio de 1982.

(Protoc. 309/83)

PORTARIA N.º 144/83

revogar a Portaria n.º 386/81, que designou para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Secretaria, a funcionária MARIA DO CARMO CARVALHO BROCA, ora à disposição deste Poder, tendo em vista o seu retorno ao órgão de origem.

Protoc. 1287/83)

PORTARIA N.º 145/83

designar CELSO BRESSAN, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como Pintor e Latoeiro, junto ao Serviço de

Oficina e Manutenção deste Poder, a partir de 10 de março de 1983.

Protoc. 1794/83)

PORTARIA N.º 146/83

I — revogar a Portaria n.º 749/81, que designou para prestar serviços no Departamento Administrativo, o funcionário WILMAR JOSÉ GOUVEIA, contratado deste Poder; e,

II — designar o mesmo para prestar serviços junto a Divisão de Operações, do Serviço de Processamento de Dados e Telex

(Protoc. 1546/83)

PORTARIA N.º 147/83

conceder, nos termos do § 1.º, do Art. 4.º, da Resolução n.º 2/64, a ADALBERTO DAROS, matrícula n.º 347, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo trienal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1983, data do término do exercício do seu mandato de Deputado Estadual.

(Protoc. 1024/83)

PORTARIA N.º 148/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 129, item I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LUPERCINA ROCHA CONTE, matrícula n.º 051, ocupante do cargo de Assistente de Comissão A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, compreendido entre 01 de março de 1959 e 28 de fevereiro de 1960, em que prestou serviços à Secretaria de Estado da Educação.

(Protoc. 813/83)

PORTARIA N.º 149/83

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de LUIZ CARLOS MOLINARI, matrícula n.º 090, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, 1981 e 1982, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4.º quinquênio compreendido entre 07 de janeiro de 1976 e 07 de janeiro de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao seu 3.º quinquênio e das férias de 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro.

(Protoc. 9036/82)

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

